



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS PARAUPEBAS
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA, PÓS GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO SUBSEQUENTE



Parauapebas – PA

Abril/2021



DEDICATÓRIA

Durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, tivemos a oportunidade de poder contar com o professor Janderson Tomé dos Santos Souza, seu profissionalismo, comprometimento e dedicação à Educação serão lembrados para sempre por todos os colegas, amigos, e discentes do IFPA. Graduado em engenharia da computação, Janderson iniciou a sua trajetória no IFPA como discente do curso técnico em Informática no campus Tucuruí, onde também foi servidor técnico administrativo até se tornar professor efetivo de informática do campus Parauapebas. O professor teve a sua vida interrompida, precocemente, em 20/04/2021, por complicações de saúde em decorrência da Covid 19, mas nos deixa, aqui, um legado que nunca será apagado. À memória do professor Janderson Tomé dos Santos Souza, e a todos trabalhadores e trabalhadoras vítimas da Pandemia, dedicamos esse PPC de Segurança do Trabalho, que tem como princípio garantir a vida e a saúde do trabalhador e da trabalhadora.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS PARAUPEBAS
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA, PÓS GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO



Claudio Alex Jorge da Costa
Reitor

Cleide do Socorro Marcos da Silva Dias
Chefe de Gabinete

Danilson Lobato da Costa
Pró-Reitoria de Administração

Elinilze Guedes Teodoro
Pró-Reitoria de Ensino

Fabício Medeiros Alho
Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

Ana Paula Palheta Santana
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Fábio Dias dos Santos
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Paulo Henrique Gonçalves Bezerra
Diretor de Tecnologia da Informação

Daniel Joaquim da Conceição Moutinho
Diretor-Geral do Campus Parauapebas

David Durval Jesus Vieira
Diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação

Anderson Renato Souza Lisbôa
Diretor de Administração e Planejamento

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

ALCIONE SANTOS DE SOUSA
ALDO AGUSTINHO ALVES
CAMILA MARION
CLAUBER SUELITON CARVALHO VASCONCELOS
DÉBORA AQUINO NUNES
DIANA DIAS DA LUZ
DIEGO RANIERE NUNES LIMA
ETIANE PATRÍCIA DOS REIS DA SILVA MACÊDO
JADISLENE ESTEVAM DA SILVA COSTA
JOSÉ VICENTE FERREIRA JUNIOR
LUDNILSON ANTÔNIO DE JESUS PEREIRA
RICARDO ALEX DANTAS DA CUNHA
SÓRIA PEREIRA LIMA SOARES
VANESSA DOS SANTOS MOURA MORENO
WENDERSON NASCIMENTO LOPES

COLABORAÇÃO

DAVID DURVAL JESUS VIEIRA
SHEILA ADRIANNE GARCIA SANTOS



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
SIGLA	IFPA
RAZÃO SOCIAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
CNPJ	10.763.998/0001-30
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal
ENDEREÇO	Av. João Paulo II s/nº, entre a passagem Mariano e Coração de Jesus, Bairro: Castanheira. CEP: 66.645-240. Belém-PA. Tel: (91) 3342-0599/0578
SÍTIO ELETRÔNICO	http://www.ifpa.edu.br/
ENDEREÇO ELETRÔNICO	reitoria@ifpa.edu.br / gabinete@ifpa.edu.br
DADOS SIAFI – UG	158135
CAMPUS	PARAUPEBAS
DIRETOR GERAL	Daniel Joaquim da Conceição Moutinho
ENDEREÇO	Rodovia PA 275, S/N (ao lado da portaria de Carajás) CEP: 68.515-000 - Parauapebas-PA Telefone (94) 99272-6909
CNPJ	10.763.998/0015-35
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal
RAZÃO SOCIAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Parauapebas
ENDEREÇO ELETRÔNICO	dg.parauapebas@ifpa.edu.br
SÍTIO ELETRÔNICO	http://www.parauapebas.ifpa.edu.br
EIXO TECNOLÓGICO	Segurança
NOME DO CURSO	Técnico em Segurança do Trabalho
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1.251 horas



SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
2. APRESENTAÇÃO	7
3. JUSTIFICATIVA	8
4. GESTÃO DO CURSO	13
5. OBJETIVO	13
5.1. Objetivo Geral	13
5.2. Objetivos Específicos	13
6. REGIME LETIVO	14
7. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO	15
8. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	15
9 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO	16
10. ESTRUTURA CURRICULAR	17
10.1 Descrição dos componentes curriculares: ementário e referências bibliográficas	19
11. PROJETOS INTEGRADORES	43
12. PRÁTICA PROFISSIONAL	45
13. ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO	47
14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	48
15. ATIVIDADES DE TUTORIA	50
15.1 Professor Conteudista	51
15.2. Tutoria a distância	51
16. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC's - NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM	52
17. MATERIAL DIDÁTICO EM EAD	55
17.1 Materiais impressos: guia de estudo e livro-base	57
17.2 Material de áudio e vídeo	57
17.3 Acervo Bibliográfico por área de conhecimento	57
17.4 Descrição do espaço físico para estudos	58
18. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	58
19. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DE DISCIPLINAS PRESENCIAIS	59
20. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DE DISCIPLINAS A DISTÂNCIA.	63
20.1 Avaliação por meio de participação em fóruns de discussão	64
20.2 Avaliação pela produção textual pessoal dos estudantes	65
20.3 Avaliação por meio de testes online	65
20.4 Avaliação presencial	65
21. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	66
22. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DO CURSO	67
23. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	68
24. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO	69
24.1 Corpo docente	69
24.2 Corpo administrativo	70
23.3 Tutores a distância	71
25. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	71
26. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO	75
27. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	76
27.1 Programa Institucional de Bolsa de Monitoria	77
27.2 Departamento Pedagógico de apoio ao Ensino (DPAE)	77
27.3 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas(NAPNE)	78
27.4 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas(NEABI)	79



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS PARAUAPEBAS
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA, PÓS GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO



27.5 Políticas de Inclusão Social (PIS)	79
27.6 A Política de Assistência Estudantil no IFPA Campus Parauapebas	79
27. DIPLOMAÇÃO	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
LISTA DE TABELAS	84
LISTA DE FIGURAS	84



1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Na Tabela 01, são descritos os dados gerais do Curso Técnico em Segurança do Trabalho na forma de oferta subsequente.

Tabela 01. Dados do regime letivo do curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Eixo Tecnológico	Segurança
Nome do Curso	Técnico em Segurança do Trabalho
Forma de Oferta	Subsequente
Processo Seletivo	Semestral
Regime de Matrícula	Semestral
Carga horária total do curso (Ch)	1.251 horas
Carga horária total do curso (Ch/a)	1.440 horas/aula
Modalidade	Presencial
Duração da Aula	50 minutos
Turno	Noturno
Número de turmas por Ano Letivo	01
Número de vagas por turma	40
Tempo mínimo de integralização	3 semestres
Tempo máximo de integralização	5 semestres

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

2. APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma de oferta subsequente ao ensino médio, referente ao Eixo Tecnológico de Segurança, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos-CNCT (Resolução CNE/CEB nº 01 de 05 de dezembro de 2014). Este projeto pedagógico propõe definir e contextualizar as práticas e diretrizes pedagógicas para o curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA campus Parauapebas, destinado a formação dos estudantes, concluintes do ensino médio, a serem capacitados em nível de formação técnica para atuarem no mercado de trabalho regional e nacional em atendimento às transformações contemporâneas nos processos e meios produtivos da economia.

O Projeto Pedagógico do curso Técnico em Segurança do Trabalho, fundamenta-se



em uma proposta curricular baseada nos princípios filosóficos da prática educativa que abrange os processos formativos da vida humana, norteadores da modalidade educacional e tecnológica brasileira explicitados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei n.º. 9.394/96 e na Lei de criação dos Institutos Federais 11.892/08. E no conjunto de Leis e Decretos: nº 5.154/04, 11.741/08; Resoluções do CNE/CP 01/04, CNE/CEB 01/05, 6/2012; Pareceres CNE/CEB nº 39/04, 11/12, 03/14, 10/14, 11/15 e 07/2016, entre outros, que versam sobre a educação profissional técnica de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará campus Parauapebas, oportuniza a profissionalização através da oferta curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente. Em atendimento ao que dispõe o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de nível médio e as demais legislações dessa modalidade de ensino, este documento propõe contextualizar as práticas pedagógicas do curso no nível médio, as quais têm como pressupostos a formação integral do profissional-cidadão. Estão também presentes como marcos orientadores desta proposta as diretrizes institucionais explicitadas no processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC). Neste projeto pedagógico são expostas as diretrizes que expressam o desejo de materialização de uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, que garanta a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho e no mundo social. Sob estas perspectiva de modo a contemplar as trajetórias dos itinerários formativos e estabelecer exigências profissionais que direcionam a ação educativa das instituições e dos sistemas de ensino. (Parecer CNE/CEB Nº 11/2012).

3. JUSTIFICATIVA

O Ministério da Educação - MEC reconhecendo a vocação dos Institutos Federais para o desenvolvimento do ensino técnico, graduação e pós-graduação tecnológica, bem como pesquisa aplicada e extensão, estabeleceu em 2008 a Lei nº 11.892, a qual instituiu os Institutos Federais como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Neste contexto, em agosto de 2011, dando continuidade à política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O campus Parauapebas foi criado a partir da terceira fase do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do governo da presidenta Dilma Rousseff contemplando o estado do Pará com seis Campi (Ananindeua, Cametá, Óbidos, Vigia, Paragominas e Parauapebas), completando um total de dezoito campi



vinculados à Reitoria do IFPA. O campus localiza-se no município de Parauapebas situado na região sudeste do Pará, Figura 1. A cidade é conhecida por estar assentada numa das maiores regiões de floresta do planeta: a serra dos Carajás.

Figura 1. Localização geográfica de Parauapebas no estado do Pará.



Fonte: IBGE (2017).

A principal atividade econômica da região está relacionada à mineração, sendo Parauapebas conhecida por concentrar a maior parte das jazidas de minério em operação. Atualmente, a extração de ferro representa a principal fonte de recursos do município, injetando cerca de 14 milhões de reais anuais no PIB e empregando cerca de 8000 pessoas diretamente e cerca de 20.000 indiretamente. Também são extraídos e beneficiados minérios como o manganês, o cobre e o ouro. Além da mineração, a cidade possui outras atividades secundárias que também movimentam a economia local. Há dois centros comerciais expressivos. Um deles localizado no bairro Rio Verde nas proximidades da Rua Curió, também conhecida como Rua do Comércio e o outro é distribuído por todo o bairro Cidade Nova, a cidade conta ainda, com um shopping.

A pecuária é uma atividade realizada, em geral, de maneira extensiva em diversas propriedades rurais de médio porte. Dados do último Censo Agro realizado em 2017 apontam um rebanho de 74.577 cabeças de gado bovino. A atividade agrícola é pouco expressiva e é, quase em sua totalidade, desenvolvida em pequenas propriedades familiares. A dinâmica da economia local tem atraído investimentos de diversos ramos da indústria, assim como de suas prestadoras de serviço, que vão desde setores relacionados à própria mineração, além de equipamentos, manutenção, operação e comércio. Em vinte e seis anos de emancipação a cidade já detinha o quinto posto de no quantitativo de empresas do estado do Pará.

Diante da intensificação do desenvolvimento econômico da região e da inerente e intensa dinâmica migratória, a infraestrutura de Parauapebas, assim como das demais



idades da microrregião, tem sido precária e insuficiente para propiciar serviços como educação, transporte e segurança à população. No que tange à educação, o sistema mostra-se carente de oferta em todos os níveis e modalidades. No âmbito do ensino profissionalizante são registradas no SISTEC, em 2019, nas cidades de Parauapebas e Canaã dos Carajás, 29 e 26 escolas técnicas privadas, respectivamente, para atender toda a demanda das populações da área de abrangência que se constituem de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Água Azul do Norte e Eldorado dos Carajás.

O resultado dessa insuficiência do sistema educacional é representado pela carência de profissionais qualificados e com as habilidades e competências necessárias exigidas pelo mercado de trabalho local, de modo que boa parte da mão de obra tem sido importada de outras regiões do país como sudeste e nordeste. Diante desse cenário o Ministério Público pactuou junto à mineradora Vale S.A, por meio de termo de ajuste de conduta, a construção das instalações para a implantação da unidade de ensino do IFPA na cidade de Parauapebas. No qual, oportuniza a oferta de cursos técnicos, conforme acordo judicial firmado nos autos da Ação Civil Pública nº 00685-45.2008.5.08.0114, sem prejuízo de instalação de outros cursos de acordo com os interesses do IFPA. Neste sentido, o IFPA campus Parauapebas tem visado atender a essa crescente demanda de profissionais em diversas áreas por meio de cursos gratuitos, pertencentes ao eixo tecnológico de Controle e Processos Industriais, de acordo com o catálogo nacional de cursos técnicos. Atualmente, o Campus Parauapebas possui turmas ativas, nos cursos: ensino médio integrado em Mecânica, Eletroeletrônica e Meio Ambiente. Além disso, há turmas dos cursos de Meio Ambiente e Eletromecânica subsequente, o curso superior tecnológico em Automação Industrial e a especialização em Docência para Educação Profissional Científica e Tecnológica.

No âmbito da formação inicial e continuada, o campus participa de programas educacionais como o E-Tec e PRONATEC. Além de oferecer os cursos de Máquinas Pesadas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O atendimento para a formação de profissionais contempla, além de Parauapebas, a Microrregião adjacente que compreende os municípios de Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Água Azul do Norte, atendendo ao que preconiza a Resolução 035/2015 – CONSUP relacionada à área de sombreamento do campus Parauapebas.

A partir de análise do mercado de trabalho dos anos de 2018 e 2019 relacionado às 10 principais ocupações à nível técnico no município de Parauapebas, exposto nas tabelas 02 e 03, destaca-se o saldo de emprego em Técnico em Segurança do Trabalho. Este aparece na liderança das contratações em ambos os anos. Percebe-se também uma diversificação nos segmentos das contratações realizadas na área técnica, englobando tanto setores diretamente ligados à produção mineral como também da área ambiental; neste último caso



com destaque para Técnico Florestal e Técnico em Controle de Meio Ambiente, em ambos os anos.

Tabela 02. As dez principais ocupações de nível Técnico em Parauapebas no ano 2018.

OCUPAÇÕES	SALÁRIO MÉDIO	ADMISSÃO	DESLIGAMENTO	SALDO
Técnico em Segurança do Trabalho	R\$2.523,94	216	182	34
Técnico de Planejamento de Produção	R\$3.440,69	49	27	22
Técnico de Laboratório Industrial	R\$1.603,75	16	5	11
Técnico Mecânico	R\$2.478,64	45	37	8
Técnico de Obras Civas	R\$3.245,91	22	14	8
Técnico Eletrônico	R\$2.375,23	35	28	7
Técnico Mecânico (Máquinas)	R\$4.463,25	12	7	5
Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	R\$1.199,45	29	24	5
Técnico de Controle de Meio Ambiente	R\$3.089,25	8	4	4
Técnico de Manutenção Elétrica	R\$3.089,25	9	5	4
Média e Saldo	R\$ 2.750,93	441	333	108

Fonte: CAGED/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2019.

Elaboração: Sílvia Regina e Débora Aquino, novembro de 2020.

Tabela 03. As dez principais ocupações de nível Técnico em Parauapebas no ano de 2019.

OCUPAÇÕES	SALÁRIO MÉDIO	ADMISSÃO	DESLIGAMENTO	SALDO
Técnico em Segurança do Trabalho	R\$2.681,46	482	373	109
Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	1.252,46	56	23	33



Técnico em Planejamento de Lavra de Minas	R\$2.593,88	42	17	25
Técnico em Enfermagem	R\$1.732,64	76	56	20
Técnico Florestal	R\$1.257,63	30	11	19
Técnico Mecânico	R\$2.741,72	53	36	17
Técnico em Manutenção de Instrumentos de Medição e Precisão	R\$.2896,06	18	2	16
Técnico de laboratório de Análises Físico – Químicas (materiais de construção)	R\$2,305,55	40	25	15
Técnico de Garantia de Qualidade	R\$ 2.780,24	25	10	15
Técnico de Controle de Meio Ambiente	R\$3.424,88	25	13	12
Média e Saldo	R\$ 2.366,65	847	764	83

Fonte: CAGED/MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019.

Elaboração: Sílvia Regina e Débora Aquino, novembro de 2020.

Destaca-se também que em 2019, a ocupação de Técnico de Segurança do Trabalho, além de se manter como a principal ocupação em nível técnico, afirma-se com um aumento nas admissões de 223% comparado com 2018. Até o momento da produção textual deste PPC, os dados do ano de 2020 não foram disponibilizados no sistema do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados, do Ministério da Economia. Frisa-se que esta análise é apenas uma representação localizada no espaço-tempo do mercado de trabalho; este que deve ser entendido no seu dinamismo e flutuação (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

A proposta de criação deste curso está embasada tanto nas informações acima elencadas como na necessidade de expansão do campus em relação ao eixo proposto, ofertando cursos tanto no município sede como nos municípios da microrregião de abrangência. Pretende-se viabilizar a formação profissional qualificada para atender as demandas por esse profissional na região, impulsionando mudanças e novas perspectivas para a população, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI - IFPA (2019-2023), aprovado pela Resolução IFPA/CONSUP - nº 264/2021, de 10 de março de 2021.



4. GESTÃO DO CURSO

Tabela 04. Equipe de gestão do curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente.

Equipe de gestão do curso	
Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso:	Alcione Santos de Sousa Aldo Agostinho Alves Camila Marion Débora Aquino Nunes Diana Dias da Luz Diego Raniere Nunes Lima Etiane Patrícia dos Reis da Silva Macêdo Jadislene Estevam da Silva Costa José Vicente Ferreira Junior Ludnilson Antônio de Jesus Pereira Ricardo Alex Dantas da Cunha Sória Pereira Lima Soares Vanessa dos Santos Moura Moreno Wenderson Nascimento Lopes

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

5. OBJETIVO

5.1. Objetivo Geral

- Formar profissionais técnicos em Segurança do Trabalho, para estimular o desenvolvimento das ações preventivas e preditivas de promoção à vida e a segurança do trabalhador nos processos e meios laborais, comprometidos com a ética e com a cidadania, prevendo situações de risco ambientais a fim de atender com responsabilidade as demandas profissionais do setor econômico local e regional.

5.2. Objetivos Específicos

- Atuar na realização de estudos da relação entre ocupações dos espaços físicos com as condições necessárias, sendo capaz de identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador;
- Desenvolver a capacidade de elaborar ações educativas na área da saúde, que promova e proteja a integridade do trabalhador em seu local de atuação, investigando, analisando e recomendando as medidas de prevenção e controle de acidentes de acordo com as normas regulamentadoras e dos princípios dos órgãos de saúde pública;



- Compreender a importância de elaborar relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador, levantando e utilizando os dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas;
- Incentivar a participação ou integração de programas e/ou projetos de instituições públicas e privadas com fins específicos ao desenvolvimento de políticas institucionais na área de segurança e saúde do trabalhador, divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional;
- Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho e programas de prevenção como PPRA, CIPA, PCMAT, PCMSO etc;
- Investigar, analisar acidentes e recomendar medidas de prevenção e controle;
- Orientar a utilização pelo trabalhador dos equipamentos de proteção individual (EPI) a partir de treinamentos, bem como indicar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, quando as condições assim o exigirem, visando à redução dos riscos à segurança e integridade física do trabalhador, bem como os equipamentos de proteção coletiva do trabalho (EPC).

6. REGIME LETIVO

O curso está sendo ofertado aos egressos do ensino médio na forma de oferta subsequente, em consonância ao disposto no parágrafo 1º do Art. 4º do Decreto nº 5.154/04, bem como do plano de metas desta instituição. A Tabela 5 apresenta os dados do regime letivo do curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Tabela 05. Dados do regime letivo do curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Nome do Curso	Técnico em Segurança do Trabalho
Forma de Oferta	Subsequente
Processo Seletivo	Semestral
Regime de Matrícula	Semestral
Carga horária total do curso (Ch/r)	1.251 horas
Carga horária total do curso (Ch/a)	1.440 horas/aula
Modalidade	Presencial
Duração da Aula	50 minutos
Turno	Noturno
Número de turmas por Ano Letivo	01
Número de vagas por turma	40



Tempo mínimo de integralização	3 semestres
Tempo máximo de integralização	5 semestres

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

7. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

O requisito mínimo exigido para ingressar no curso Técnico em Segurança do Trabalho é ter concluído o ensino médio, ou equivalente, e submeter-se a processo seletivo, regido por edital próprio. Os ingressos podem ocorrer também por transferência interna ou externa, reingresso, ações afirmativas, dentre outros modos de ingresso conforme o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA (IFPA, 2019), na Lei n.º 12.711/2012, que estabelece reservas de vagas a estudantes de escola pública, e demais legislações pertinentes e suas atualizações e na Resolução IFPA/CONSUP - nº 224/2021, de 23 de fevereiro de 2021, que aprova o regulamento do processo de aferição de veracidade de autodeclaração racial por meio de ações de heteroidentificação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, dentre outras políticas de ações afirmativas.

8. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O estudante egresso do Curso Técnico subsequente em Segurança do Trabalho poderá atuar nas organizações privadas e públicas dos mais diversos ramos de atividades: Indústrias, Hospitais, Comércio, Construção civil, Portos, Aeroportos, Centrais de logística Instituições de ensino, Unidades de fabricação e representação de equipamentos de segurança e empresas e consultorias para capacitações em segurança do trabalho. Estando o egresso capacitado a exercer a profissão com competência técnica, com autonomia, criatividade, responsabilidade, inovação, espírito empreendedor e de liderança, trabalhando em equipe e politicamente posicionando-se em relação ao modelo predominante do sistema produtivo. Ele desenvolverá ações educativas na área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), orientará o uso de EPI e EPC, coletando e organizando informações de saúde e de segurança no trabalho. Além disso, irá avaliar e executar diversos programas de prevenção em SST, inclusive o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, bem como investigar os acidentes de trabalho para estabelecer medidas de prevenção e controle.

Bem como abarcar saberes relacionados aos conhecimentos articulados e fundamentais que acabam por conferir um grande diferencial para a formação do técnico em Segurança do Trabalho do IFPA Câmpus Parauapebas, com isso possam conhecer e utilizar



as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social; ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber; refletir sobre os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de cunho empreendedor, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber; desenvolver trabalho em equipe, integrando conhecimentos das competências adquiridas, tendo em vista o caráter interdisciplinar da área.

Desse modo, o profissional formado no Curso técnico subsequente em Segurança do trabalho, será capaz de exercer suas atividades laborais com conhecimentos tecnológicos, capacidade gerencial e de adaptação, sempre primando pela postura ética pessoal e profissional, em consonância ao que estabelece o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2021). Visando sempre a atender as demandas e as transformações do mercado regional e nacional de proteção à vida e a segurança do trabalhador e do trabalho nos processos e meios produtivos ocupacionais. Estando o estudante apto à promoção de sua formação continuada em cursos de especialização técnica (pós-técnico), bem como a possibilidade de verticalização para cursos de graduação (Curso Superior de Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura), conforme estabelece o catálogo nacional dos cursos técnicos em sua 4ª edição de 27/01/2021.

9 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO

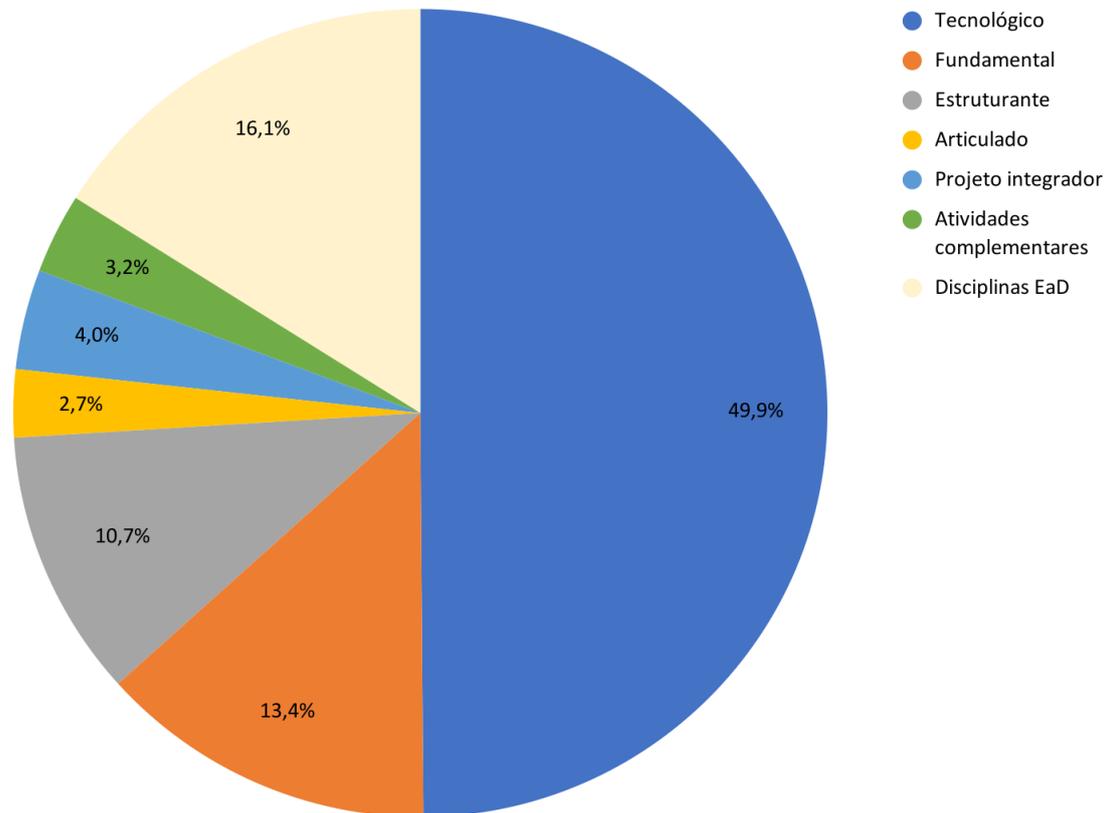
O curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente segue as Diretrizes Curriculares Nacionais para esse nível de ensino, obedecendo o que versa o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O itinerário formativo perfaz 1.440 horas/aula, correspondendo a 1251 horas/relógio sendo distribuídas: 1161 ch/r para os componentes curriculares obrigatórios presencial e em formato EaD, 40 horas para as atividades complementares e 50 para os Projetos Integradores, com um Estágio supervisionado não obrigatório de 120 horas/aula. A estrutura das unidades curriculares obrigatórias 1.251 horas/relógio divide-se, de acordo com a natureza do componente em relação ao curso, em núcleos: Fundamental, Estruturante, Articulador e Tecnológico.

O primeiro núcleo, Fundamental, contempla os conhecimentos de revisão de matemática, língua portuguesa, inglês e informática básica, bem como introdução a segurança do trabalho. As disciplinas do núcleo Estruturante permitem a transversalidade do



currículo e provém fundamentação linguística, filosófica e metodológica. O núcleo Articulador e Tecnológico são compostos por componentes específicos do curso (demais disciplinas).

Figura 2 - Representação gráfica dos componentes de formação do curso técnico em Segurança do Trabalho.



Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

10. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho visa atender os objetivos do curso e o perfil profissional do egresso em conformidade com o Catálogo Nacional. As disciplinas obrigatórias, assim como as demais práticas curriculares, aliam-se de forma interdisciplinar para a formação profissional do egresso. Nas tabelas de 06 a 09 estão organizados os componentes curriculares, por semestre, do Curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente do campus Parauapebas.

Tabela 06. Componentes curriculares do 1º semestre do curso Técnico em Segurança do Trabalho.

1º SEMESTRE



Componentes Curriculares	CH/a semanal	CH/a total	CH Total	N/C
Sociologia do Trabalho	3	60	50	N
Leitura e Produção de Textos	3	60	50	N
Matemática Aplicada	2	40	34	N
Introdução a Segurança do Trabalho	3	60	50	N
Informática Básica	3	60	50	N
Primeiros Socorros	2	40	34	N
Inglês Instrumental	2	40	34	N
Normas e Legislação Aplicadas à Segurança do Trabalho	2	40	34	N
Educação Inclusiva (EaD)		80	67	N
TOTAL DE HORAS DO SEMESTRE	20	480	403	

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

Tabela 07. Componentes curriculares do 2º semestre do curso Técnico em Segurança do Trabalho.

2º SEMESTRE				
Componentes Curriculares	CH/a semanal	CH/a total	CH Total	N/C
Higiene Ocupacional I	3	60	50	N
Estatística	2	40	34	N
Psicologia do Trabalho	2	40	34	N
Princípios de Tecnologia Industrial	2	40	34	N
Ergonomia	3	60	50	N
Higiene e Segurança do Trabalho na Mineração	3	60	50	N
Gestão da Qualidade	2	40	34	N
Segurança do Trabalho I	3	60	50	N
Educação Ambiental (EaD)		80	67	N
TOTAL DE HORAS DO SEMESTRE	20	480	403	

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

Tabela 08. Componentes curriculares do 3º semestre do curso Técnico em Segurança do Trabalho.

3º SEMESTRE				
-------------	--	--	--	--



Componentes Curriculares	CH/a semanal	CH/a total	CH Total	N/C
Segurança do Trabalho II	2	40	34	N
Programa de Gerenciamento de Segurança do Trabalho	2	40	34	N
Higiene Ocupacional II	2	40	34	N
Organização e Normas do Trabalho	2	40	34	N
Análise e Gerenciamento de Risco	2	40	34	N
Prevenção e Combate a Incêndios	2	40	34	N
Prevenção e Controle de Perdas	2	40	34	N
Higiene e Segurança do Trabalho na Construção Civil	3	60	50	N
Projeto Integrador	3	60	50	N
Empreendedorismo (EaD)		80	67	N
TOTAL DE HORAS DO SEMESTRE	20	480	405	

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

A Tabela 09 apresenta a síntese dos componentes curriculares do curso técnico em Segurança do Trabalho.

Tabela 09. Síntese dos componentes curriculares do curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Descrição	CH/A Total	CH/R Total
Disciplinas obrigatórias	1140	960
Disciplinas em formato EaD	240	201
Atividades Complementares	----	40
Projeto integrador	60	50
SUB-TOTAL DE HORAS OBRIGATÓRIAS	1.440	1.251
Estágio Supervisionado (Não obrigatório)	120	----
TOTAL DE HORAS OBRIGATÓRIAS	1.440	1.251

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

10.1 Descrição dos componentes curriculares: ementário e referências bibliográficas

Tabela 10. Ementas dos componentes curriculares do 1º semestre.

Disciplina:	Sociologia do Trabalho
--------------------	------------------------



Formato:	Presencial
Carga Horária:	60 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Sociologia como Ciência. As relações indivíduo-sociedade; Trabalho. Sindicalismo. As transformações no mundo do Trabalho. Trabalho na Sociedade Capitalista. Globalização. Reestruturação produtiva. Profissionalização. Trabalho no terceiro setor. Organizações. Economia Solidária. Desigualdades Sociais. Mobilidade Social. Trabalho e cotidiano.
Bibliografia Básica:	ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, Unicamp, 2006. ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000. MARK, Karl. Trabalho assalariado e capital. In: Textos. São Paulo: Edições Sociais/Alfa-Omega, 1977. 3 v.
Bibliografia Complementar:	MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. História, das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Moderna, 2005. COSTA, C. M. C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2002. MEDEIROS, B. F. BOMENY, H. Tempos modernos, tempos Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Do Brasil, 2010. OLIVEIRA, P. S. de. Introdução à Sociologia. São Paulo: Ática, 2010. TOMAZZI, N. Sociologia para o ensino médio. Saraiva, 2010.

Disciplina:	Leitura e Produção de Texto
Formato:	Presencial
Carga Horária:	60 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Desenvolvimento da competência de Leitura e interpretação de diversos gêneros textuais. Coesão e coerência. Construção do sentido a partir de elementos extralinguísticos responsáveis pela configuração do texto. Tópicos linguístico-gramaticais aplicados ao texto. Principais elementos de textualidade (Situacionalidade, intertextualidade, informatividade, aceitabilidade e intencionalidade). A produção de textos a partir da redação técnica (Requerimento, relatório, ata, memorando). Gêneros acadêmicos (Resumo, fichamento, resenha). Revisão gramatical (novo acordo ortográfico). Estratégias de leitura e escrita.
Bibliografia Básica:	TERRA, Ernani. Práticas de leitura e escrita. São



	<p>Paulo: Saraiva, 2019.</p> <p>NADÓLSKIS, Hêndricas. Normas de comunicação em língua portuguesa. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>ANTUNES, Irlandé. Lutar com palavras. Coesão e coerência. 13ª ed. São Paulo: Parábola, 2005.</p> <p>CAVALCANTE, M. M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>MARTINS, D. S. ZILBERKNOP, L. S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MARTINO, A. S. Português Esquematizado: Gramática, interpretação de texto, redação oficial e redação discursiva. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>SOLÉ, Isabel. Estratégias de Leitura. Porto Alegre: ARTMED/GRUPOA, 1999.</p>
Bibliografia Complementar:	<p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37ª ed., rev., Ampl. Nova Fronteira, 2009.</p> <p>FIORIN, José Luíz e SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2011.</p> <p>GERALDI, João. Prática de leitura na escola. In: GERALDI, João Wanderlei (org.). O texto na sala de aula. São Paulo/SP: Editora Ática, 2001.</p> <p>KOCH, I. V; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2 ed. reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>MOTTA-ROTH, D. & HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.</p>

Disciplina:	Matemática Aplicada
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Teoria dos Conjuntos. Razão e Proporção, Regra de Três Simples e Composta, Porcentagem e Juros. Funções Polinomiais do 1º e 2º grau, exponenciais e logarítmicas. Trigonometria no triângulo retângulo e no triângulo Qualquer.
Bibliografia Básica:	IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar 1: conjuntos, funções. 9.ed. São Paulo: Atual, 2013. 416p IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar 2: logaritmos. 9.ed. São Paulo: Atual, 2013. 224p. IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar 3: trigonometria. 9.ed. São Paulo: Atual, 2013. 320p. DANTE, L. R. Matemática. Volume Único. 1ª edição. São Paulo, SP: Ática, 2005 BIANCHINI, E.; PACCOLA, H. Curso de



	Matemática. Volume Único. 3ª edição. São Paulo, SP: Moderna, 2003. PAIVA, Manoel. Matemática Paiva. (vol. 1, 2, 3) - 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2009.
Bibliografia Complementar:	DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. 3 vols. São Paulo: Ática, 2003. LIMA, Elon Lajes [et al]. A Matemática do Ensino Médio (vol. 1, 2, 3). Rio de Janeiro: SBM, 2008. PAIVA, M. Matemática 1, Moderna Plus Editora, 2010. PAIVA, M. Matemática 2, Moderna Plus Editora, 2010. PAIVA, M. Matemática 3, Moderna Plus Editora, 2010.

Disciplina:	Introdução à Segurança do Trabalho
Formato:	Presencial
Carga Horária:	60 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	História de Segurança do Trabalho no Mundo e no Brasil. Acidentes: conceituação e classificação. Causas de acidentes: fatores pessoais e ambientais. Consequências do acidente: lesões pessoais e prejuízos materiais. Agente do acidente e fonte de lesão. Atribuições do Técnico em Segurança do Trabalho.
Bibliografia Básica:	CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística : segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. ATLAS, equipe. Segurança e medicina do trabalho. 81. ed. 2º semestre São Paulo: Atlas, 2018. BARBOSA, Adriano Aurélio Ribeiro. Segurança do trabalho. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2011. 112 p. ISBN 9788563687210 (broch). Classificação: 363.11 B238s 2011 Ac.1857. PEPLOW, Luiz Amilton. Segurança do trabalho. Curitiba: Base Editorial, 2010. 256 p. ISBN 9788579055430 (broch.). Classificação: 363.11 P424s 2010 Ac.2003
Bibliografia Complementar:	GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. Acidentes do trabalho -doenças ocupacionais e nexos epidemiológico. 4.ed. São Paulo: Método, 2011. MORAES JUNIOR, Cosmo Palasio de. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho-NRs. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2014.

Disciplina:	Informática Básica
Formato:	Presencial
Carga Horária:	60 horas/aula
Período:	Semestral



Ementa:	Noções de Hardware e Software. Noções de sistemas operacionais. Ferramentas de produção, edição e formatação usando ABNT de textos. Planilha eletrônica e software de apresentação de slides. Noções de redes, internet e intranet.
Bibliografia Básica:	FEDELI, Ricardo Daniel; POLLONI, Enrico Giulio Franco; PERES, Fernando Eduardo. Introdução à ciência da computação . 2. ed. atual. São Paulo: Cengage Learning, 2011. FEDELI, R. D.; POLLONI, E. G. F.; PERES, F. E. Introdução à ciência da computação . 2. ed. atual. São Paulo: Cengage Learning, 2011. MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. Informática: conceitos e aplicações . 4. ed., rev. São Paulo: Érica, 2013. NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson Makron Books, 2007. VELLOSO, F. de C. Informática: conceitos básicos . 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
Bibliografia Complementar:	MANZANO, José A. N. G; André Luiz N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Excel 2016 Avançado . Rio de Janeiro: Érica, 2016. MARTELLI, Richard. Power Point 2016 1ª. ed . São Paulo, Senac, 2016. MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores . 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

Disciplina:	Inglês Instrumental
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Estratégias de leitura: Skimming and Scanning Informação não-verbal; (Tabelas, Quadros, figuras, etc) Palavras cognatas ou transparentes e marcadores do discurso. Leituras de gêneros textuais diversos em inglês de acordo com a proposta do curso. Pronomes pessoais (reto, oblíquo, possessivos e reflexivos) Verbo HAVER (There To be) Futuro Simples: Will (int. e neg.) Futuro: be going to (int. e neg.) Presente simples (int. e neg.) Verbos no Passado Simples (int. e neg.) O presente Perfeito (Present Perfect).
Bibliografia Básica:	FARREL, T. S. C. Planejamento de Atividades de Leitura para Aulas de Idiomas . São Paulo: Special Book Services, 2003. MILITÃO, D. Leitura às Avessas: Análise de Três Aulas de Inglês . 2016. MUNHOZ, R. Inglês Instrumental – Estratégias de Leitura . São Paulo: Texto novo, 2002.



	RHODES, J. Instrumental. 2015. SOUZA, A. G. F.; ABSY, C. A.; COSTA, G. C. da; MELLO, L. F. de. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005. THOMPSON, Marco Aurélio. Inglês instrumental: estratégias de leitura para informática e internet. 1. ed. São Paulo: Érica, 2016. 136 p.
Bibliografia Complementar:	AMORIM, Vanessa e MAGALHÃES, Vivian. Cem aulas sem tédio: sugestões práticas, dinâmicas e divertidas para o professor de língua estrangeira. Santa Cruz: Ed. Pe. Reus, 2003. LAPORTA, Edgar. A New Practical English Course. São Paulo. Ed. IBEP, 2002. MARQUES, Amadeu. Inglês série Brasil. vol. único. Editora Ática, 2004. _____. On Stage 1. São Paulo: Ática, 2010. RICHMOND, Educação. Upgrade 1. Editora: Gisela Aga. __São Paulo: Richmond Educação, 2010. SCHUMACHER, Cristina. Inglês urgente para brasileiros: soluções simples e práticas para aprender de vez. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

Disciplina:	Primeiros Socorros
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Noções Básicas de primeiros socorros; Suporte Básico da Vida; Sinais Vitais, Frequência respiratória; -Pressão sanguínea; Avaliação Inicial; Abordagem primária e Abordagem Secundária; Parada Respiratória e Obstrução respiratória completada; Parada Cardíaca; Fraturas e Grandes traumatismos; Hemorragias; Estado de choque; Ferimentos; Acidente Automobilístico; Afogamentos; Queimaduras e Intoxicação; Procedimentos de conduta após acidente/sinistro e Biossegurança.
Bibliografia Básica:	FUNDACENTRO. Manual de Primeiros Socorros nos Acidentes de Trabalho. São Paulo, 5a ed. 1982. MALTA, Cyntia Guimarães Toste. Dicionário de Medicina do Trabalho. Ed LTR. BERGERON, J. David e Bizjak, Glória. Primeiros Socorros. OLIVEIRA, Marcos de. Fundamentos do Socorro Pré-Hospitalar. 3ª Ed. Chapecó:Gr999. NETO, A.B.; BUONO, Elaine Arbex. Primeiros socorros e prevenção de acidentes de trabalho e



	domésticos. Editora LTr. São Paulo. 2004. MASTROENI, Marco Fábio. Biossegurança aplicada a laboratório e serviços de saúde. Editora Atheneu. 2ª ed. São Paulo. 2006. VIERIA, Sebastião Ivone. Medicina básica do trabalho. Gênese editora. Curitiba. 1994.
Bibliografia Complementar:	VENDRAME, A. C. Acidentes domésticos - Manual de prevenção. LTr. SP; 2000. SENAC editora. Primeiros socorros. São Paulo. 2000. Manual de Procedimentos para os serviços de saúde. Doenças Relacionadas ao Trabalho. Ministério da Saúde do Brasil, 2001. BORTOLOTTI, Fábio. Manual do socorrista. Porto Alegre: Expansão Editorial, 2008.

Disciplina:	Normas e Legislações Aplicadas a Segurança do Trabalho
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Normas Regulamentadoras e Legislação trabalhista: Lei n.º 8.213, de 24.07.1991 – Planos de Benefícios da Previdência Social e outras providências. Responsabilidade civil e penal. Nova Reforma Trabalhista — <u>lei n.º 13.467/17. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977.</u>
Bibliografia Básica:	ATLAS, e PEPLOW, Luiz Amilton. Segurança do trabalho. Curitiba: Base Editorial, 2010. 256 p. ISBN 9788579055430 (broch.). Classificação: 363.11 P424s 2010 Ac.2003 ipe. Segurança e medicina do trabalho. 81. ed. 2º semestre São Paulo: Atlas, 2018. BRASIL. Lei n.º 8.213, de 24.07.1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. BRASIL, Nova Reforma Trabalhista — <u>lei n.º 13.467/17.</u> BRASIL, Lei N.º 6.514 Consolidação das leis do trabalho, 1977.
Bibliografia Complementar:	GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. Acidentes do trabalho -doenças ocupacionais e nexos epidemiológico. 4.ed. São Paulo: Método, 2011. MORAES JUNIOR, Cosmo Palasio de. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho-NRs. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2014.

Disciplina:	Educação Inclusiva
Formato:	EaD
Carga Horária:	80 horas/aula
Período:	Semestral



Ementa:	1. Inclusão e exclusão; 2. Diferença entre educação inclusiva e inclusão; 3. Inclusão dos grupos minoritários e preconceitos (PCDs, Afrodescendente, indígenas, social, gênero); 4. Bullying o que é e como evitar; 5. A história da inclusão de PCDs (estudo e trabalho); 6. A inclusão no mundo do trabalho. 7. Mitos e verdades sobre a Libras e a pessoa surda; 8. A lei brasileira de inclusão (LBI 2015); 9. Atividades voltadas para a discussão teórica sobre a Evolução da Educação Especial através da história; 10. Decreto 5626/05. 11. Tecnologia assistiva.
Bibliografia Básica:	QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolingüísticas. 4. ed. São Paulo: Plexus, c2007. GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. 7. ed. São Paulo: Plexus, 2002. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Et al). Educação e Sociedade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Classificação: 370 E24 2010 Ac.22472. GESSER, Audrei. Libras que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. Parábola editorial. São Paulo, 2009. LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016. SÁ, Nídia Limeira de. Cultura, poder e Educação de Surdos. 2 ed. Paulinas. São Paulo, 2010. SOUZA, Rita de Cácia Santos; BARBOSA, Josilene Souza Lima. Educação Inclusiva, Tecnologia e Tecnologia Assistiva. Aracaju: Criação, 2013.
Bibliografia Complementar:	De Sinais Brasileira: O Mundo De Surdo Em Libras. Pessoas. Vol 6. Edusp. São Paulo, 2007. LUZ, Renato Dentre. Cenas Surdas: Os surdos terão lugar no coração do mundo? . 1 ed. Parábola. São Paulo, 2013. FIGUEIREDO, Rita Vieira et al. Camargo, ROPOLI, A. M. F. de [org.]. Caminhos de uma formação: educação especial na perspectiva da inclusão. São Paulo: Peirópolis, 2012. RAMOS, Rossana. Passos para a Inclusão. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.



Tabela 11. Ementas dos componentes curriculares do 2º semestre.

Disciplina:	Higiene Ocupacional I
Formato:	Presencial
Carga Horária:	60 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Norma regulamentadora 09- AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS; Estudo detalhado da NR 09 – PPRA (Programa de prevenção dos Riscos Ambientais) Elaboração e gerenciamento de um PPRA (Programa de prevenção dos Riscos Ambientais). Norma Regulamentadora 15: ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES.
Bibliografia Básica:	BRASIL, Ministério da economia, norma regulamentadora 09. SALIBA, Tuffi Messias. Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído – PPRA. 8.ed. São Paulo: LTr, 2014. SALIBA, Tuffi Messias. Manual Prático de Avaliação e Controle de Calor – PPRA. 6.ed. São Paulo: LTr, 2014.
Bibliografia Complementar:	SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. B. H. 2008, 449p. SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados, B.H. LTr, 2007, 112p.

Disciplina:	Estatística
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Definição, Importância e Aplicação da Estatística em Estudos de Segurança do Trabalho. Conceitos Importantes: População, Amostra, Amostragem, Variáveis e Frequência. Estatística Descritiva (Medidas de Tendência Central – Média Aritmética, Mediana, Moda; Medidas de Dispersão - Variância e Desvio Padrão) e Tipos de Gráficos/Tabelas.
Bibliografia Básica:	FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996 (3 Ex.) 519.5 F676C COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Estatística. 3 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002. TRIOLA, Mario F. Introdução á estatística: atualização da tecnologia. 12. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. SPIEGEL, Murray R.; SCHILLER, John J.; SRINIVASAN, R Alu. Probabilidade e Estatística. 3. ed. Rio Grande do Sul: Bookman, 2013. RUMSEY, D. Estatística para Leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. NOVAES, D. V.; COUTINHO, C. Q. e S. Estatística



	para a educação profissional. São Paulo: Atlas, 2009. CRESPO, A. C. Estatística Fácil. São Paulo: Ed. Saraiva, 20. ed. 2020.
Bibliografia Complementar:	BUSSAB, de O. W.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. São Paulo: Ed. Saraiva, 6. ed. 2010. DOWNING, D.; CLARK, J. Estatística Aplicada. São Paulo: Saraiva, 1999. HEATH, O. V. S. A Estatística na Pesquisa Científica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. 95p. MILONE, G. Estatística Geral e Aplicada. São Paulo: Thomson Learning, 2004. MORETTIN, L. G. Estatística Básica: Probabilidade e Inferência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Disciplina:	Psicologia do Trabalho
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	O psicólogo nas organizações. Conceitos básicos em psicologia e aplicações no trabalho. Comportamento organizacional; Trabalho, subjetividade e saúde psíquica. Segurança no trabalho e saúde ocupacional; Teorias explicativas do acidente de trabalho; Estresse no trabalho; Teoria das Representações Sociais; Qualidade de vida no trabalho.
Bibliografia Básica:	BERGAMINI, C. Psicologia aplicada à Administração de Empresas. São Paulo: Atlas, 1999. BOWDITCH, J.L.; BUONO, A.F. Elementos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Pioneira, 2003. DAVIDOFF, L. Introdução à Psicologia. São Paulo: Ed. McGraw-Hill, 2000. DEJOURS, C. et al. Psicodinâmica do Trabalho. São Paulo: Atlas, 1995. FIORELLI, J. O. Psicologia para Administradores. São Paulo: Atlas, 2003. HIRIGOYEN, M. France. Mal-Estar no Trabalho: redefinindo o Assédio Moral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio Moral, a Violência Perversa no Cotidiano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. MENDES, A.M.; BORGES, L. de O.; FERREIRA, M.C. Trabalho em transição, Saúde em Risco. Brasília: Ed. UNB, 2002. PISANI, E. (Colab). Psicologia Geral. Petrópolis: Vozes, 2003. PRUSS, A.; SPENCER, J. Gerenciando sua Equipe.



	São Paulo: Ed. Siciliano, 1999. PASSOS, Elizete. Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.
Bibliografia Complementar:	WISNER, A. A Inteligência do Trabalho. São Paulo: FUNDACENTRO, 1996. DEJOURS, C. A Loucura do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2000. CODO, W.; COELHO, S.J. (Orgs.). Sofrimento Psíquico nas Organizações. Petrópolis: Vozes, 1995. POSSAMAI, Hélio. A Representação Social do Acidente de Trabalho. 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). PUCRS, 1998. STREY, Marlene et AL. Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

Disciplina:	Princípios de Tecnologia Industrial
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	NR 11: Transporte, armazenagem e manuseio de materiais; Equipamentos de transporte de cargas industriais, à granel e cargas especiais; Uso, conservação e inspeção de ferramental e material; NR 12: Proteção de máquinas e equipamentos; NR 14: Fornos; NR 13: Caldeiras e Vasos sob pressão; NR10: Instalações e serviços em eletricidade; NR 25: Resíduos Industriais; NR 26: Sinalização de Segurança; NR 33: Espaço Confinado; NR 36: Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e Processamento de carnes e derivados.
Bibliografia Básica:	BARSANO, Paulo Roberto. Ética e cidadania organizacional: guia prático e didático. 1. ed. São Paulo: Érica, 2012. CARDELLA, Haroldo Paranhos; CREMASCO, José Antônio. Ética profissional: simplificado. São Paulo: Saraiva, 2012. CAMPOS, A.; TAVARES, J. C.; LIMA, W. Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações. SP. Editora SENAC. 2006. 394p. SHRENE, R. Norris e BRINK, Joseph A. Jr., Indústrias de Processos Químicos. Rio de Janeiro, Editora Guche base dois LTQ, 4a edição, 1980. CHIAVERINI, Vicenti. Aços e Ferros Fundidos. Mcgraw-Hill, RJ. MIRVAN, Editora. Inspeção Pré-operacional de Empilhadeiras. MIRVAN, Editora. Operação de Guindastes Móveis.
Bibliografia Complementar:	CARDÃO, Celso. Técnica da Construção. Vol. 1,2.



	Editora Engenharia e Arquitetura. BH/MG 6o ed, 1993. CREDER, Hélio. Instalações Hidráulicas e Sanitárias. Ed. LTC/RJ. CREDER, Hélio. Instalações. Ed. LTC-RJ. 10o ed.,1986. S.A Tubos Tigre. Apostila dos Cursos de Instalador, RJ. CHAVES, Roberto. Manual do Construtor. ED. RJ,Tecnoprint S.A , 1979.
--	---

Disciplina:	Ergonomia
Formato:	Presencial
Carga Horária:	60 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Histórico e Princípio da Ergonomia; Aplicabilidade da Ergonomia; Norma Regulamentadora - NR-17; Ambiente de trabalho (Estudo dos agentes físicos); LER/DORT e outras doenças ocupacionais relacionadas; Biomecânica ocupacional, Postura, Levantamento e Transporte de pesos; Ginástica laboral; Antropometria; Princípios de economia de movimentos; Análise Ergonômica e estudo dos postos de trabalhos, inclusive os que fazem uso do computador, e seus respectivos diagnósticos; Desenho universal, com entendimento da NBR 9050.
Bibliografia Básica:	FERREIRA, Eliane Polito; BERGAMASHI, Elaine Cristina. Ginástica Laboral, Teoria e Prática. SPRINT, 2002. GRANDJEAN, Etienne. Manual de Ergonomia: Adaptando o Trabalho ao Homem, Bookman, 2005. FIGUEIREDO, FABIANA; CLAUDIA MONT´ALVAO; Ginástica Laboral e Ergonomia; SPRINT; 2005. ITIRO IIDA; Ergonomia: Projeto e Produção; Edgard Blucher, 2005. JAN DUL E BERNARD WEERDMEESTER; ERGONOMIA PRÁTICA; Edgard Blucher, 2004. MARIA JOSÉ ONEILL; LER/DORT: O DESAFIO DE VENCER; MADRAS, 2003.
Bibliografia Complementar:	ABRAÃO, J. ; SZNELWAR, L. I. ; SILVANO, A.; SAMET, M. ; PINHO, D. Introdução à Ergonomia: da Prática à Teoria. São Paulo: Edgard Blucher, 2009. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro, 2015. DUARTE, F. A redução de efetivos de turno e as consequências para a segurança e para a saúde dos trabalhadores. Programa de Engenharia de



	Produção. COPPE / UFRJ, 2004. FALZON, Pierre. Ergonomia. São Paulo. Edgard Blucher. 2007. HELFENSTEINS Jr, M. Lesões por esforços repetidos (LER/DORT): conceitos básicos. V 1 e 3. São Paulo: Schering-Plough, 1998. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – NORMA REGULAMENTADORA – NR 17 – Ergonomia. São Paulo, 1992.
--	--

Disciplina:	Higiene e Segurança do Trabalho na Mineração
Formato:	Presencial
Carga Horária:	60 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Histórico da Mineração; Característica da Mineração; NR 22 Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração: definição das medidas de controle que devem ser adotadas nas atividades do setor de mineração, atuando na prevenção de acidentes e de danos à saúde dos trabalhadores.
Bibliografia Básica:	CAMPOS, Armando. Cipa - Comissão interna de prevenção de acidentes: uma nova abordagem. 24. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2016. SENAI – Prevenção de Acidentes do Trabalho para Componentes da CIPA. SENAI, RJ – 1984 MANUAL DE LEGISLAÇÃO ATLAS – Segurança e Medicina de Trabalho, São Paulo – 2010. AYRES, Dennis de Oliveira e CORREA, Jose Aldo. Manual de prevenção de acidentes do trabalho. São Paulo. Editora Atlas. 2001.
Bibliografia Complementar:	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Prevenção de Acidentes no Trabalho Noções Fundamentais. SENAI – Modelo Instrucional – Unidades Equipamento de Proteção Coletiva e Individual, 1980. ARAUJO, Giovanni Moraes & REGAZZI, Rogerio Dias. Perícia e avaliação de ruído e calor. Rio de Janeiro. 1999;

Disciplina:	Gestão da Qualidade
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Histórico da Gestão da qualidade; Perspectiva Estratégica da Qualidade; Fundamentos do Controle de Qualidade; Gestão da Qualidade Total e modelos de excelência em desempenho organizacional; Controle estatístico de processo: uma abordagem prática e simplificada para a qualidade; Abordagem econômica da qualidade;



	Qualidade em serviços; Qualidade & Sustentabilidade Ferramentas de solução de problemas: PDCA e diagrama de Ishikawa; Kaizen; Noções básicas de Normas da qualidade (-ISO 9000, 14000 e 18001).
Bibliografia Básica:	LOBO, Renato Nogueirol. Gestão da qualidade. 2. ed. São Paulo: Érica, 2020. (5Ex.) 658.4013 L799g. CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; GEROLAMO, Mateus Cecilio. Gestão da qualidade ISO 9001:2015: requisitos e integração com a ISO 14001:2015. PALADINI, Edson P. Gestão da qualidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. CARVALHO, Pedro Carlos de. O programa 5S e a qualidade total. 5. ed., rev. Campinas. BALLESTRA ALVAREZ, Maria Esmeralda (coord.). Administração da Qualidade e da Produtividade – Abordagem do Processo. São Paulo: Atlas, 2001. CAMPOS, Vicente Falconi. TQC – Controle da Qualidade Total. 9ª ed - Belo Horizonte: FCO-UFMG, 2014. CAMPOS, Vicente Falconi – Gerência de Qualidade Total, Belo Horizonte, Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni , Escola de Engenharia, UFMG,(Rio de Janeiro, Bloch Editora) 1990. JURAN, J. GRYNA, Frank M – Controle da Qualidade handbook: conceitos, políticas e filosofia da qualidade. Vol 1, 4ª ed. São Paulo: Makron Books/ McGraw Hill, 1991. JURAN, J , DEFEO, J. ET AL- Fundamentos da Qualidade para Líderes. Bookman; 1ª ed. 2015.
Bibliografia Complementar:	DRUMOND, Regina Coeli Chassim – Qualidade Total – O Homem: fator de Sucesso: Belo Horizonte: Mazza Editora, 1993. SCHOLTES, Peter R. – Times de Qualidade: Como usar Equipes para Melhorar a Qualidade: Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2ª ed. 2002. WERKENA, C. Criando a cultura em Seis Sigma. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

Disciplina:	Segurança do Trabalho I
Formato:	Presencial
Carga Horária:	60 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Norma Regulamentadora 01 DISPOSIÇÕES GERAIS Norma Regulamentadora 04 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO Norma Regulamentadora 05 COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES Norma Regulamentadora 06 EQUIPAMENTO DE



	PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI .Norma Regulamentadora 07 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL Norma Regulamentadora 10 SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE
Bibliografia Básica:	ATLAS, equipe. Segurança e medicina do trabalho. 81. ed. 2º semestre São Paulo: Atlas, 2018. BARBOSA, Adriano Aurélio Ribeiro. Segurança do trabalho. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2011. 112 p. ISBN 9788563687210 (broch). Classificação: 363.11 B238s 2011 Ac.1857 PEPLOW, Luiz Amilton. Segurança do trabalho. Curitiba: Base Editorial, 2010. 256 p.
Bibliografia Complementar:	SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. B. H. 2008, 449p. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Prevenção de Acidentes no Trabalho Noções Fundamentais. SENAI – Modelo Instrucional – Unidades Equipamento de Proteção Coletiva e Individual, 1980.

Disciplina:	Educação Ambiental
Formato:	EaD
Carga Horária:	80 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	O que é meio ambiente? Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Principais eventos da história da Educação Ambiental; Política Nacional de Meio Ambiente: conceitos básicos; Política Nacional de Educação Ambiental; Programa Nacional de Educação Ambiental; Metodologias para projetos de Educação Ambiental (Planejamento, Processo, Produto Diagnóstico para a resolução de problemas); Projetos ambientais locais e regionais; Atividades com materiais reutilizados e reciclados.
Bibliografia Básica:	IBRAHIM, Francini Imene Dias. Análise ambiental: gerenciamento de resíduos e tratamento de efluentes. São Paulo: Érica, 2015. BARBOSA, Rildo Pereira. Avaliação de risco e impacto ambiental. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). Curso de gestão ambiental. 2. ed. atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014. BARSANO, Paulo Roberto. Gestão ambiental. São Paulo: Érica, 2014.



	<p>FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; MORITA, Dione Mari; FERREIRA, Paulo. Licenciamento Ambiental. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.</p> <p>SIRVINSKAS, Luis Paulo. Manual de direito ambiental. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <p>TRENNEPOHL, Terence. Manual de direito ambiental. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.</p> <p>COMAR, Vito. Valoração ambiental pela metodologia emergética: subsídios às políticas públicas no Brasil. Dourados, MS: UFGD, 2017.</p> <p>DIAS, G. F. Educação Ambiental: Princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo: Editora Gaia. 2010.</p> <p>GOHN, M. G. Educação não-formal e cultura política. 5º ed. São Paulo. Cortez, 2018.</p> <p>IBRAHIN, F. I. D. Educação Ambiental: Estudo dos problemas, ações e instrumentos para o desenvolvimento da sociedade. 1ª ed. São Paulo: Érica Saraiva. 2014.</p> <p>PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental e sustentabilidade. 2ª ed. São Paulo: USP. 2013.</p> <p>REIGOTA, M. Verde cotidiano o meio ambiente em discussão. 2ª ed. Rio de Janeiro. Petruz . 2009.</p>
Bibliografia Complementar:	<p>CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. Coleção Docência em Formação. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.</p> <p>LOREIRO, Carlos Frederico B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SANCHEZ, L. E. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. 3ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.</p>

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

Tabela 12. Ementas dos componentes curriculares do 3º semestre.

Disciplina:	Segurança do Trabalho II
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	<p>NR 12: Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;</p> <p>NR 13: Caldeiras, Vasos de Pressão, Tanques Metálicos de Armazenamento.</p> <p>Anexos da décima quinta norma regulamentadora: NR-15;</p> <p>Agentes químicos e Agentes biológicos; Parâmetro de medição; Critérios de avaliação;</p> <p>Instrumentação e técnicas de medição; Medidas de controle e mitigação.</p> <p>Décima sexta norma regulamentadora: NR-16;</p> <p>Vigésima norma regulamentadora: NR-20.</p>
Bibliografia Básica:	SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. B. H. 2008, 449p.



	<p>SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados, B.H. LTr,2007, 112p.</p> <p>SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores. B.H. 2009.</p> <p>MASTROENI, Marco Fábio. Biossegurança aplicada a laboratório e serviços de saúde. Editora Atheneu. 2ª ed. São Paulo. 2006.</p>
Bibliografia Complementar:	<p>ARAÚJO, G. M. Fundamentos para realização de perícias trabalhistas, acidentárias e ambientais: aspectos técnicos e legais. Editora GVC. 2008. 540p.</p> <p>BRECIGLIERO, E; POSSEBON, J.; SPINELLI. R. Higiene ocupacional: agentes biológicos,químicos e físicos. S. P., Editora SENAC. 2006. 422p.</p> <p>MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS: Segurança e Medicina do Trabalho. 64ª Ed. Editora Atlas S/A, São Paulo, 2009. 803 p.</p> <p>SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos.B.H. 2009.</p> <p>YEE, Z. C., Perícias de engenharia de segurança do trabalho: aspectos processuais e casos práticos. 2ª Ed. Editora Juruá. 2008. 206p.</p> <p>LEITE, Edna M A; SIQUEIRA, Maria E P B, Couto, Hudson A. Monitorização biológica de trabalhadores expostos a substâncias químicas. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1992.</p> <p>THIESEN, Flavia Valladão. Manual para monitorização biológica da exposição ocupacional a agentes químicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.</p>

Disciplina:	Programa de Gerenciamento de Segurança do Trabalho
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Programas Convencionais: PPRA, PCMAT, PCMSO, PCA, PGR, PPR (Normas regulamentadoras); Objetivos; Elaboração, definição de responsabilidades e atribuições; Controle de Riscos, competências profissionais; Exames Médicos; Prevenção (Treinamento, programas e vacinação). Estudo de Casos; Elaboração de programas de saúde do trabalho.
Bibliografia Básica:	Segurança e Medicina do Trabalho: NR-07; NR-09; NR-18 e NR-22. Editora Atlas.2015. São Paulo.SHERIQUE, J. Aprenda como fa P - RAT/FAP - PPRA/NR-9 - PPRA-DA (INSS) - PPRA/NR-32 - PCMAT - PGR - LTCAT - LAUDOS TÉCNICOS - CUSTEIO DA APOSENTADORIA ESPECIAL – GFIP. 7.ed. São Paulo: LTr, 2015. CUNHA, S. B., GUERRA, A. J. T. (Orgs.) A questão



	ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
Bibliografia Complementar:	SALIBA, Tuffi Messias. Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído – PPRA. 8.ed. São Paulo: LTr, 2014. SALIBA, Tuffi Messias. Manual Prático de Avaliação e Controle de Calor – PPRA. 6.ed. São Paulo: LTr, 2014.

Disciplina:	Higiene Ocupacional II
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Estudo dos Anexos da NR 15 Anexo 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09 e 10. Estudo do Anexo da NR 16 – Atividades e operações perigosas com radiações ionizantes ou substâncias radioativas. Estudo de NHO Normas de Higiene Ocupacional aplicáveis. Adicional de Insalubridade. Medidas de controle coletivo para agentes físico Ruído. Avaliações quantitativas e qualitativas adotados pela ACGIH. Demonstração e Uso dos Equipamentos de Avaliação para a Elaboração dos documentos de Análise de Risco. Riscos químicos. Atividades e Operações Insalubres ligados aos riscos químicos Formas de contaminação com agentes químicos. Produtos químicos perigosos. Segurança no preparo de soluções. Riscos associados. Descartes e recuperação de produtos químicos. Estocagem de substâncias químicas Estudo da NR 15 (Anexo 11, 12, 13)
Bibliografia Básica:	BRASIL. Segurança de Medicina do Trabalho: São Paulo: Editora Atlas. SALIBA, TUFFI MESSIAS. Higiene do Trabalho e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. São Paulo – LTR. BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. Higiene Ocupacional: Agentes Físicos, Químicos e Biológicos. 5. Ed. São Paulo: SENAC, 2006.
Bibliografia Complementar:	SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de avaliação e controle de calor: PPRA. 6. São Paulo: LTr, 2014. SALIBA, Tuffi Messias. Manual Prático de Avaliação de vibrações. São Paulo: Ltr, 2014. Saliba ACGIH – TLVs e BEIs – Baseados na documentação dos limites de exposição (TLVs) para substâncias Químicas e Agentes Físicos & Biológicos de Exposição (BEIs). Tradução de Associação Brasileira de Higienistas Ocupacional; São Paulo, 2008. GONÇALVES, Edwar Abreu. Apontamentos Técnicos-Legais de Segurança e Medicina do



	Trabalho. São Paulo: LTr, 1995. TUFFI, Messias Saliba. Curso Básico de higiene Ocupacional. 6.ed. São Paulo: LTr.
--	--

Disciplina:	Organização e Normas do Trabalho
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Introdução ao estudo da organização do trabalho; O papel do homem na sociedade civil; Estudo da empresa e sua estrutura - Funções administrativas (planejar, organizar, dirigir e controlar). Os papéis do administrador - A administração, organizações e níveis das organizações; O processo administrativo, as competências e habilidades duráveis do administrador.
Bibliografia Básica:	TAVARES, José da Cunha. Tópicos de Administração aplicada à segurança do Trabalho. São Paulo: SENAC/SP, 2008. OLIVEIRA, Celso L.; MINICUCCI, Agostinho. Prática da qualidade da segurança no trabalho: uma experiência brasileira. São Paulo: LTr, 2001. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Ed compacta, 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução à Administração. Ed. Compacta, 1 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Sobral, Filipe; PECL, Alketa. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2008.
Bibliografia Complementar:	HEMÉRITAS, Adhemar Batista. Organização e Normas. São Paulo: Ed. Atlas, 1997. ALVES, Francisco de Assis. Fundações e organizações sociais, agências executivas. LTR. 1ª Edição. CARAVANTES, Geraldo R. Administração: teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. Kwasnicka, Eunice Lacava. Introdução à administração. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004. Lacombe, Francisco José Masset. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Saraiva, 2009. MEIRELES, Manuel; PAIXÃO, Marisa Regina. Teorias da Administração: Clássicas e Modernas. São Paulo: Futura, 2003. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Introdução à Administração: edição compacta. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina:	Análise e Gerenciamento de Risco
--------------------	----------------------------------



Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Os riscos empresariais e a Gerência de Riscos. Identificação de Riscos. Técnicas de Análise de Riscos. Avaliação de Riscos. Prevenção e Controle de Perdas. Financiamento de Riscos. Elementos para a tomada de decisão sobre riscos. Os métodos mais empregados para a aplicação de análise e gerenciamento de risco: HAZOP – Estudo de Perigos e Operabilidade ; FMEA – Análise dos Modos de Falha e Efeitos; TIC – Técnica de Incidentes Críticos; AAF – Análise de árvore de falhas; AAE – Análise de árvore de eventos; Checklist e What if.
Bibliografia Básica:	MATTOS, UAO; MÁSCULO, FS (org.) Higiene e Segurança do Trabalho. Rio de Janeiro, Abepro/Elsevier, 2011. CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2011. 254p. AYRES, Dennis de Oliveira; CORREA, José Aldo Peixoto. Manual de prevenção de acidentes do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
Bibliografia Complementar:	CALIL, L. F. P. Metodologia para gerenciamento de risco: foco na segurança e na continuidade, Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 231p. 2009. Viviane Vasconcellos Ferreira Grubisic. Metodologia para o gerenciamento integrado de riscos técnicos e gerenciais no projeto de produtos. (Doutorado em Engenharia Mecânica) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 2008.

Disciplina:	Prevenção e Combate a Incêndios
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Vigésima sexta Norma Regulamentadora: NR 26: -Métodos de Transmissão de calor -O princípio da combustão Características físicas e químicas da temperatura Causas mais comuns de incêndios e suas propagações Classes de incêndios Métodos de extinção Proteção ativa e passiva Características e aplicabilidade de extintores Manutenção e conservação do material de combate ao fogo Sistemas de prevenção e combate à incêndios (aparelhos, extintores, alarmes, etc.) -Técnicas de



	combate a incêndios Noção de dimensionamento de recursos para combate a fogo Normas técnicas nacionais e internacionais Equipamentos: proteção, combate e alarme; Técnicas de abandono de área. Montagem e Implantação da Equipe de Brigada de Incêndio.
Bibliografia Básica:	CAMILLO JR, Abel B. Manual de prevenção e combate a incêndios. Senac editora. São Paulo. 2009. REIS, Jorge Santos. Manual básico de proteção contra incêndios. São Paulo: FUNDACENTRO,1987. PEREIRA, Áderson G.; Popovic, Raphael R. Segurança Contra Incêndios. Editora LTR. São Paulo.2009. REGO, Edison Teixeira. Proteção contra incêndio. Apostila. Rio de Janeiro, 2007. Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros – PA.
Bibliografia Complementar:	ABIQUIM. Manual para atendimentos de emergências. 5ª edição. Pró-química. 2006. São Paulo.

Disciplina:	Prevenção e Controle de Perdas
Formato:	Presencial
Carga Horária:	40 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Evolução do prevencionismo; Prevenção de perdas Análise de Operações: Acidentes e Incidentes; - Confiabilidade de pessoas e equipamentos; - Avaliação de perdas num sistema; Métodos de estimativas e perdas; - Fatores de Prevenção e Controle de Perdas; O comportamento humano frente ao desperdício de materiais; - Prevenção de acidentes de trabalho - NR - 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) Avaliação de riscos Controle dos riscos no trabalho Mapa de Risco Administração de riscos Técnicas de Análise de risco Gerenciamento de Incidentes e Resolução de Crises.
Bibliografia Básica:	TAVARES, J.C. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. 8 ed. São Paulo: SENAC, 2010. -TUFFI Messias Saliba; Segurança e Saúde no Trabalho (Cidadania, competitividade e produtividade), LTR Editora, 2010. CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: Uma Abordagem Holística. São Paulo: Atlas, 1999.



	PONZETTO, GILBERTO; Mapa de riscos ambientais; LTR Editora, 2010 CAMPOS, A. et al. Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes. uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 1999. 254 p.
Bibliografia Complementar:	EQUIPE ATLA; Segurança e Medicina do Trabalho – Manuais de Legislação, ATLAS, 2011.

Disciplina:	Higiene e Segurança do Trabalho na Construção Civil
Formato:	Presencial
Carga Horária:	60 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Histórico da Construção Civil; Característica da Construção Civil; NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) abordando os principais tópicos da norma: PCMAT, áreas de vivência, escavações, fundações e desmonte de rochas, Carpintaria, armações de aço Escadas, rampas e passarelas, medidas de proteção contra quedas de altura, locais confinados, movimentação e transporte de materiais e pessoas, andaimes e plataformas de trabalho Alvenaria, revestimento e acabamento, instalações elétricas, máquinas, equipamentos e ferramentas diversas, armazenamento e estocagem de materiais, proteção contra incêndio, sinalização de segurança e etc... Identificar os riscos presentes nas Edificações.
Bibliografia Básica:	SENAI – Prevenção de Acidentes do Trabalho para Componentes da CIPA – SENAI, RJ – 1984. MANUAL DE LEGISLAÇÃO ATLAS – Segurança e Medicina de Trabalho, São Paulo, 2010. AYRES, Dennis de Oliveira e CORREA, Jose Aldo. Manual de prevenção de acidentes do trabalho. São Paulo. Editora Atlas. 2001. SESI – Manual de Segurança e Saúde no Trabalho – Indústria da Construção Civil – Edificações, SESI, SP – 2008. SEBRAE – Cartilha de Segurança e Saúde do Trabalho na Construção Civil (NR 18).
Bibliografia Complementar:	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Prevenção de Acidentes no Trabalho – Noções Fundamentais. ENAI – Modelo Instrucional – Unidades Equipamento de Proteção Coletiva e Individual –



	1980. ARAUJO, Giovanni Moraes & REGAZZI, Rogerio Dias. Perícia e avaliação de ruído e calor. Rio de Janeiro. 1999.
--	---

Disciplina:	Projeto Integrador
Formato:	Presencial
Carga Horária:	60 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Instrução Normativa 004/2018/PROEN/IFPA: definições, etapas e responsabilidades; A comunicação entre orientador e orientando; Fontes de informação para pesquisa científica; Tipos de conhecimento e correlações com o conhecimento científico; Conceitos e classificação das ciências; Conceito e tipos de pesquisa; Métodos de abordagem e de procedimentos; Fichamento; Projeto e relatório de pesquisa: estrutura, normalização, etapas e apresentação; Apresentação oral e publicação de trabalhos científicos.
Bibliografia Básica:	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação - Citações em documentos - apresentação. NBR 10520. 2002. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação - Referências. NBR 6023. 2002. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - apresentação. NBR. 14724. 2002. APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2011, 240p. FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 6ª ed. São Paulo, 2017, 216p. MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017, 357p.
Bibliografia Complementar:	GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. Atlas, São Paulo, 2000, 158p. BARROS, Aidil de Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, 158p. BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Manual de produção de textos acadêmicos e científicos. São Paulo: Atlas, 2013, 192p. MATTAR, João. Metodologia científica na era digital. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, 312p.



Disciplina:	Empreendedorismo
Formato:	EaD
Carga Horária:	80 horas/aula
Período:	Semestral
Ementa:	Empreendedorismo: conceitos e definições. O Perfil e as características do empreendedor. As habilidades e competências necessárias aos empreendedores. A Importância do Empreendedorismo para uma sociedade. Conceitos básicos em Economia: Os tipos de portes de empresa. Natureza Jurídica das Empresas. Os tipos de regimes tributários. Tópicos de Tributação. Estratégias de Precificação. Fluxo de Caixa e Fluxo de Caixa Descontado. Análise de Viabilidade Econômica. Plano de Negócio. Empreendedorismo Digital. Introdução ao Marketing Digital.
Bibliografia Básica:	GAUTHIER, Fernando Alvaro Ostuni; MACEDO, Marcelo; LABIAK JUNIOR, Silvestre. Empreendedorismo. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. TAJRA, Sanmya Feitosa. Empreendedorismo: conceitos e práticas. 2. ed. São Paulo: Érica, 2019. FARAH, Osvaldo Elias; MARCONDES, Luciana Passos; CAVALCANTI, Marly (Orgs.). Empreendedorismo: estratégia de sobrevivência para pequenas empresas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. HASHIMOTO, Marcos; BORGES, Cândido (Co-autor). Empreendedorismo: plano de negócio em 40 lições. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. JULIEN, Pierre-André. Empreendedorismo regional e economia do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2010. BORGES, Cândido (Org.). Empreendedorismo sustentável. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. SABBAG, Paulo Yazigi. Gerenciamento de projetos e empreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2013. HASHIMOTO, Marcos. Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empreendedorismo. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. Barueri: Editora Manole, 2014. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2017.
Bibliografia Complementar:	DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. NAGLE, Thomas T. Estratégia e táticas de preços:



	um guia para crescer com lucratividade. São Paulo: Pearson, 2007. MANKIW, N. Gregory.; LOPES, Priscila. Introdução à Economia. São Paulo: Cengage Do Brasil, 2019.
--	---

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

11. PROJETOS INTEGRADORES

A Instrução Normativa Nº 004 de 20 de novembro de 2018 da PROEN/IFPA, estabelece as normas para a organização curricular das atividades acadêmicas específicas dos cursos técnicos de nível médio e de graduação do IFPA.

No capítulo I da IN Nº 004/PROEN/IFPA/2018, estão as definições e objetivos do Projeto Integrador (PI):

Art. 1º O PI é uma atividade acadêmica específica de orientação coletiva, estratégica para o desenvolvimento de práticas integradoras que possibilitam a articulação entre as disciplinas de formação geral e formação técnica e as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 2º O PI compreende o planejamento, a investigação, a resolução de uma situação problema para a contextualização dos conhecimentos teóricos e práticos.

Art. 3º O PI consiste num exercício de conciliação de teoria com a prática para a realização de pesquisas aplicadas, de maneira que oportunize ao (as) estudante(s) à investigação de temáticas relacionadas aos eixos de formação do curso e a criação de técnicas e tecnologias para o desenvolvimento da comunidade local e ou regional, como o previsto no Art. 4º, Inciso III da Lei nº 11.892/2008 e Regulamento Didático Pedagógico de Ensino do IFPA.

Art. 4º O Projeto Integrador como atividade acadêmica específica tem como objetivo:

I. Oportunizar aos (as) estudantes atividades para o desenvolvimento da capacidade de aplicação dos conceitos e teorias estudadas durante o curso de forma integrada, proporcionando-lhe a oportunidade de confrontar as teorias estudadas com as práticas profissionais existentes, para consolidação de experiências e o desempenho profissional.

II. Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas.

III. Solucionar uma questão ou problemática do mundo do trabalho, do universo familiar, social, histórico e cultural.

IV. Possibilitar a construção do conhecimento coletivo, a interdisciplinaridade e a inovação.

V. Promover a inter-relação entre os diversos temas e conteúdos e tratados durante o curso contribuindo para a formação integral do discente.

VI. Abordar, de forma interdisciplinar, os conteúdos e componentes curriculares da formação geral e



formação técnica, de forma que articule o ensino, a pesquisa, a extensão e a construção de soluções inovadoras.

VII. Realizar pesquisas aplicadas para a construção de técnicas e tecnologias com vistas ao atendimento e as necessidades da comunidade local e regional.

VIII. Oportunizar experiências de prática profissional relativas ao perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O Projeto Integrador do Curso Técnico em Segurança do Trabalho deverá ser apresentado pelos alunos mediante trabalho escrito e sendo facultada a apresentação oral, obedecendo os padrões de cientificidade, assim como as normas da ABNT. O discente será avaliado por banca de examinadores composta por no mínimo três membros e presidida pelo professor orientador. O número de orientadores para o PI do Curso Técnico em Segurança do Trabalho não deverá ultrapassar ao que está definido na IN Nº 004/2018/PROEN/IFPA.

Compete ao Coordenador de Curso na gestão das Atividades do PI, Art. 12 da IN Nº 004/PROEN/IFPA/2018:

I. Acompanhar, juntamente com o Colegiado do Curso, o desenvolvimento dos trabalhos do PI.

II. Acompanhar se as ações para o desenvolvimento do PI estão em consonância com as orientações desta instrução normativa.

III. Homologar junto ao colegiado do curso os Projetos Integradores que serão ofertados no ano/semestre.

IV. Convocar e dirigir reuniões bimestrais com as equipes e os docentes orientadores para acompanhamento e execução do PI.

V. Enviar à Direção de Ensino, ao final de cada semestre letivo, relatório contemplando as ações desenvolvidas no decorrer do semestre letivo na disciplina PI, para ciência deste departamento e homologação.

VI. Indicar e definir junto ao Colegiado de Cursos quais professores orientarão os Projetos Integradores.

VII. Acompanhar, supervisionar e avaliar o desenvolvimento das atividades do professor orientador, encaminhando relatório, quando solicitado, ao chefe do departamento ou setor correspondente, e na ausência deste à Direção de Ensino do campus.

Compete ao Professor Orientador do PI, Art. 12 da IN Nº 004/PROEN/IFPA/2018:

I. Orientar o discente na organização do PI em todas as etapas previstas nesta instrução.

II. Indicar material bibliográfico adequado à elaboração do projeto.

III. Acompanhar a elaboração do Projeto Integrador,



observando o que dispõe esta instrução.

IV. Realizar avaliação contínua e formativa dos orientandos durante a realização das atividades do PI.

V. Registrar na ficha de controle de frequência discente a frequência dos discentes sob sua orientação, bem como, atividades desenvolvidas para execução do PI.

Caberá ao coordenador do curso em conjunto com o colegiado, definir quais projetos integradores serão realizados no semestre, ocasião em que serão definidos os professores que estarão envolvidos na construção do PI- Art. 5º a IN Nº 004/PROEN/IFPA de 2018. As propostas de conteúdo dos projetos são sugeridas por coordenadores, professores ou pelos próprios estudantes, baseadas em temas geradores, articuladas aos componentes curriculares e aplicadas a situações reais ou similares ao processo produtivo, sob a forma de pesquisa, construção de dispositivos e/ou ação pedagógica, a respeito de algum aspecto (social, tecnológico, histórico, cultural, ecológico, científico etc.) de sua realidade local em consonância com a IN Nº 004/2018/PROEN/IFPA.

O Projeto Integrador de caráter obrigatório poderá ser elaborado em dupla ou em grupo de até 7 alunos e possuir carga horária de 60 horas, e será desenvolvido a partir do segundo semestre do curso, com orientação de um dos professores da grade curricular preferencialmente com a formação da área técnica, podendo ter co-orientação dos professores da base comum. Serão atribuídas notas entre 0 (zero) e 10 (dez), sendo aprovados os projetos com nota igual ou superior a 7 (sete).

A estrutura do Projeto Integrador será definida conforme a IN Nº 004/2018/PROEN/IFPA, tendo sua culminância no terceiro semestre com a oferta da disciplina Projeto Integrador, que se articula aos conceitos de Metodologia da Pesquisa Científica como pressuposto metodológico para um resultado final do projeto.

Em caso de pandemia, como por exemplo da COVID-19, que venha a interromper as atividades, estas poderão ser realizadas em formato totalmente remoto, conforme previsto na Resolução Nº110/CONSUP e da IN Nº 01/2020/PROEN/PROEX, desde que sob ciência e deliberações do Colegiado de curso, dando validação ao plano de execução realizado pelo docente orientação e discentes envolvidos.

12. PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional, segundo o que preconiza a Lei nº 11.788/2008 e os artigos 20 e 21 da Resolução CNE/CEB nº 06 de 2012 que define as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, deverá constituir e organizar a educação profissional, devendo expressar-se nos planos de cursos unindo teoria e prática.



Art. 21 A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio.

§ 1º A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

A prática profissional deverá ser desenvolvida durante todo o curso de forma articulada entre as disciplinas dos períodos letivos correspondentes, de forma diferenciada para cada disciplina, respeitando as especificidades de cada uma e também a abordagem prevista por cada professor, a partir do primeiro semestre do curso. Caracteriza-se por atividades realizadas de forma flexibilizada e integrada entre os componentes dos períodos letivos correspondentes, desenvolvida de forma diferenciada para cada componente curricular, respeitando as especificidades de cada conteúdo.

Podem ser elaboradas na forma de aulas práticas no laboratório, participação e/ou coordenação em eventos da área, projetos, monitoria, visitas técnicas, produções científicas, entre outros, desde que a temática esteja diretamente relacionada com a disciplina e que tenha relevância na vida prática profissional do aluno.

Como forma de articulação entre teoria-prática também estão previstas neste Projeto atividades relacionadas aos Projetos Integradores, planejadas pelo conjunto de professores que ministrarão aulas no início do semestre letivo corrente, definindo a temática a ser abordada e a metodologia adequada, com base nos componentes curriculares.

Os alunos ainda serão motivados a participar e organizar seminários, encontros internos ou externos, como ouvintes e/ou participantes, no intuito da divulgação dos projetos de pesquisa, ensino e extensão realizados no ambiente escolar. Com ênfase ao Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (SICTI).

Em caso de pandemia, como por exemplo da COVID-19, que venha a interromper as atividades de Prática Profissional, estas poderão ser realizadas em formato totalmente remoto, conforme previsto na Resolução N°110/CONSUP e da IN N° 01/2020/PROEN/PROEX, desde



que sob ciência e deliberações do Colegiado de curso, dando validação ao plano de execução realizado pelo docente orientação e discentes envolvidos.

13. ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Para atender as competências para qualificação do futuro profissional, além da conclusão das disciplinas que compõem a matriz curricular, o aluno tem a possibilidade da realização de estágio curricular supervisionado não obrigatório, que conforme o parágrafo único do art. 3 da Resolução nº 398/2017 do CONSUP, é aquele desenvolvido como atividade opcional acrescida à carga horária regular obrigatória. Para os discentes que queiram realizar o estágio este, será desenvolvido a partir do terceiro semestre, com carga horária mínima de 120 (cento e vinte horas) horas, seguindo o mínimo sugerido no Parecer CNE/CB nº 35/2003 e na Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 que “Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”.

O discente caso queira realizar o estágio curricular supervisionado terá duas opções, sendo a primeira, como Prática Profissional dentro da própria Instituição, caso em que o discente poderá participar de projetos de ensino, pesquisa e extensão, desde que devidamente autorizados pelas instâncias competentes e supervisionados por professor responsável; e como segunda opção, em empresas ou entidades, públicas ou privadas, que possam oferecer condições e oportunidades para o desenvolvimento profissional do discente. Em ambos os casos estando de acordo com a Lei nº 11.788/2008, Art. 1º, Parágrafo 2º.

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o



desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O estágio está estruturado para atender as competências para a qualificação, sendo supervisionado por um profissional da área e um técnico que a empresa ou a instituição dispor, e avaliados através de relatórios que deverão ser apresentados tanto pelo estagiário, quanto pelo supervisor de estágio, bem como por parte da instituição concedente de estágio. Poderá ser desenvolvido dentro de um Projeto de Pesquisa, oficialmente aprovado, de cunho Técnico-Científico, Cultural, Social e Ambiental, com as atividades comprovadamente relacionadas à prática da habilitação profissional. Além disso, é competência do Departamento de Estágio, de acordo com regulamento estabelecido, coordenar as ações referentes à inserção do estudante no campo de estágio e, em conjunto com a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão Pós-Graduação e Inovação, planejar as condições para o acompanhamento e a avaliação do desempenho discente.

Em caso de pandemia, como por exemplo da COVID-19, que venha a interromper tais atividades, estas poderão ser realizadas em formato totalmente remoto, conforme previsto na Resolução N°110/CONSUP de da IN N° 01/2020/PROEN/PROEX, desde que sob ciência e deliberações do setor de estágio, dando validação ao plano de execução realizado pelo docente e discentes envolvidos.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com o Regulamento Didático do Ensino no IFPA/2019, e suas atualizações, o Art. 90, as Atividades Complementares são aquelas obrigatórias nos cursos superiores de graduação e facultada nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ofertados nas modalidades de ensino presencial e a distância, que têm como finalidade complementar a formação do estudante e ampliar o seu conhecimento teórico-prático, sendo de total responsabilidade do mesmo o cumprimento da carga horária quando previstas no PPC:

§1º As Atividades Complementares terão sua carga horária definida e distribuída no PPC, observando o cumprimento da legislação educacional vigente.

§2º A comprovação do cumprimento da carga horária das Atividades Complementares, quando previstas no PPC, deverá ser entregue pelo estudante à Coordenação de Curso para validação e registro no sistema de gerenciamento acadêmico.

§3º A comprovação do cumprimento da carga horária das Atividades Complementares poderá ser feita



mediante apresentação de declaração, atestado, certificado e diploma.

§4º Somente serão convalidadas as horas das Atividades Complementares realizadas a partir da data de ingresso do estudante no curso.

§5º Caso as Atividades Complementares estejam previstas no PPC, o estudante que não cumprir a carga horária descrita não poderá outorgar grau e nem requerer o Diploma e Histórico Escolar de conclusão de curso.

Considerando a importância de atividades extracurriculares na formação dos alunos e na elevação da qualidade do curso, estão previstas neste Projeto Pedagógico a execução de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do curso. Para fins de conceituação, entende-se por Atividade Complementar o componente curricular destinado às atividades que complementam o perfil de formação do estudante. Neste Projeto Pedagógico, as atividades complementares perfazem 40 (quarenta) horas do itinerário formativo, e tem por objetivo ampliar o conhecimento adquirido pelos alunos ao longo do desenvolvimento do curso, promovendo a interdisciplinaridade dos componentes curriculares.

As Atividades Complementares também apresentam-se como uma forma de fortalecer as ações de ensino, pesquisa e extensão e inovação tecnológica uma vez que valorizam a inserção de pesquisa dentro dos processos de ensino aprendizagem bem como promovem o desenvolvimento de ações extensionistas, destacando o papel social da Instituição.

As atividades complementares do Curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente, obedecerá o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA/2019, em consonância com o perfil profissional do curso.

Art. 91/ Poderão ser consideradas como Atividades Complementares, desde que relacionadas com a área de formação:

- I) Participação em Congressos, Seminários, conferências, jornadas, fóruns, palestras e similares.
- II) Participação em produções artísticas, apresentação oral de trabalhos, exposição de mostras e condução de cursos, minicursos, palestras e oficinas.
- III) Atividades assistenciais e comunitárias (voluntariado)
- IV) Publicação de artigo científico/acadêmico em periódico especializado;
- V) Autoria ou co-autoria de capítulo de livro.
- VI) Resumo de trabalho em evento acadêmico e/ou científico.
- VII) Participação em cursos, minicursos, oficinas ou atividades culturais.
- VIII) Organização e participação em eventos acadêmicos e/ou científicos, tais como: semana cultural, ciclo de palestras, etc.



- IX) Membros de comissões avaliativas e propositivas no âmbito da educação básica e/ou superior.
- X) Membro de fóruns ou conselhos municipais ou estaduais.
- XI) Exercício de cargos de representação estudantil.
- XII) Participação em projetos e programas de iniciação científica, iniciação à docência e projetos de extensão.
- XIII) Atividade de Monitoria.
- XIV) Estágio extracurricular.

Poderão ser consideradas como atividades complementares ainda, algumas atividades extracurriculares organizadas pela Instituição ao longo dos semestres, compatíveis com a área de estudo, tais como: Semana Cultural, Feiras de Ciências entre outros. As Atividades Complementares são de total responsabilidade dos estudantes, cabendo à Instituição cobrar o cumprimento da carga horária ao final do curso. No sentido de estimular o cumprimento da carga horária deste componente o IFPA oferece ao longo do curso e do ano letivo eventos que constam no calendário acadêmico, como o SICTI.

O aluno deve reunir cópias dos comprovantes das atividades realizadas interna ou externamente, tais como declarações, atestados e certificados, com discriminação do tipo de atividade realizada e a respectiva carga horária, e encaminhá-las ao Coordenador ou professor responsável pelo registro. Juntamente com as cópias, o aluno deve apresentar os originais dos documentos para validação.

15. ATIVIDADES DE TUTORIA

De acordo com a Resolução 005/2019, a respeito da criação de cursos no âmbito do IFPA, deverão ser previstas atividades de tutoria para cursos presenciais que ofertam disciplinas a distância, até o percentual de 20% de carga horária total nessa modalidade, em conformidade com a Portaria Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, do MEC, e com a em conformidade com a Instrução Normativa nº 03/2016, da Pró-Reitoria de Ensino do IFPA.

No processo de ensino e aprendizagem a distância, a tutoria tem um papel privilegiado neste contexto. O tutor, como mediador, facilitador, motivador e orientador tem a responsabilidade de fazer com que os estudantes se interessem e sejam ativos no processo de desenvolvimento de sua aprendizagem. Além disso, o tutor também estimula e garante a inserção dos alunos numa rede de interatividade, fazendo com que eles se sintam parte da instituição.

Entende-se, atualmente, que os espaços de comunicação entre professor e aluno mudaram, alterando também as formas de interação e assimilação de conteúdo. Assim, o professor exercerá diferentes papéis na oferta de um componente curricular a distância, quais



sejam o de professor conteudista e o responsável pela tutoria EAD e presencial, deslindados nas seguintes ações:

15.1 Professor Conteudista

O professor na atribuição de conteudista:

1. Produz o material didático da disciplina, detalhando-o em aulas, tópicos ou módulos. Atualmente a importância desta ação está na qualidade do conteúdo e como ele é transmitido.
2. Propõe atividades ou exercícios para cada aula, tópico ou módulo;
3. Sugere e especifica material complementar ou links para pesquisa visando o aprofundamento de um tema/conteúdo;
4. Grava videoaulas;
5. Planeja atividade interativa, como Fórum ou Chat, em cada aula
6. Adequa os conteúdos dos materiais didáticos para as mídias impressas e digitais e auxilia a equipe de mídias;
7. Realiza a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância;
8. Avalia o processo de ensino e aprendizagem de forma contínua;
9. É responsável pelo lançamento dos resultados acadêmicos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas.

15.2. Tutoria a distância

O professor da disciplina também exercerá atividades de tutoria a distância. Nesta atribuição, sua principal responsabilidade é dar suporte a distância em relação ao conteúdo ministrado. No curso técnico em Segurança do Trabalho contemplará três disciplinas a distância, distribuídas nos três semestres do curso. Sendo disponibilizada um total de 80 horas para cada componente. A saber: Educação Inclusiva, Empreendedorismo e Educação Ambiental. Esses componentes curriculares, em formato EaD, são fundamentais para viabilizar a execução do curso no período estipulado de um ano e meio. Uma vez que, essa necessidade atende, prioritariamente, o perfil dos estudantes da região de Parauapebas, em sua maioria inseridos no universo do trabalho, o que, em muitos dos casos, necessitam de atendimento flexível na organização da carga horária.



16. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC's - NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), no curso de seu processo histórico de desenvolvimento, vêm alterando conjuntural e estruturalmente as formas como trabalhamos, nos comunicamos, aprendemos e nos relacionamos em sociedade. No contexto Educacional, especialmente, as TDICs figuram ferramentas fundamentais, incorporadas às práticas docentes, para a promoção de processos de ensino e aprendizagem mais significativos, implementação de metodologias mais ativas e alinhadas às realidades dos estudantes hodiernos, nas mais variadas etapas de sua educação.

Nesse sentido, considerando a Resolução CNE/CP N° 1 / 2021 – que define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, devem considerar: “a composição de uma base tecnológica que contemple métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas ao curso em questão”. (CNE, 2021)

Incorporar, portanto, Tecnologias Digitais à formação de Técnicos em Segurança do Trabalho não se trata apenas de utilizar esses recursos instrucionais como meio ou suporte à promoção de aprendizagens ou para despertar o interesse dos alunos. Mais importante que isso, pois, é promover uma mediação com os futuros técnicos a fim de que eles compreendam e desenvolvam habilidades e competências sobre o uso daquelas TDICs, inserindo-as e utilizando-as em seus contextos profissionais, bem como nas outras dimensões de suas vidas.

Historicamente, em se tratando da área da educação, há uma modalidade específica – definida na LDB, Lei 9.394/96 – que se constituiu no e para o uso das TICs: a Educação à Distância (EaD). Entende-se por TDICS, neste escopo: ambientes virtuais de aprendizagem, chats, fóruns, comunidades e grupos on-line, uso de arquivos digitais, aplicativos, data show, telefonia, uso de redes sociais, plataformas de videoconferências, simuladores didáticos, dentre quaisquer outros softwares ou hardware de uso educacional.

É importante destacar, por outro lado, que no caso da Educação à Distância o processo de ensino aprendizagem se dá por meio das TICs. Em cursos presenciais, por sua vez, realidade diferente se mostra, cuja metodologia prima pela interação e integração dos sujeitos mediante relações presenciais. Neste contexto, as TICs funcionam como um complemento, ou seja, uma estratégia de aprendizagem, recurso instrucional e/ou ferramenta tecnológica que colaboram para aprendizagem do aluno. Observa-se nessa relação, é bem de ver, os objetivos da aula, os conteúdos ministrados e os objetivos do curso em específico. Esses instrumentos devem, portanto, ser utilizados com critério, planejamento, método e



objetivos definidos, para que não sejam banalizados. As TICs, nesse sentido, estão para servir de apoio ao trabalho docente e não para substituí-lo.

Para apoiar a construção de currículos escolares e de propostas pedagógicas que contemplam tal uso “ativo” das TDICs nas escolas, o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) elaborou e disponibilizou de forma aberta e gratuita um Currículo de Referência em Tecnologia e Computação (disponível em <https://curriculo.cieb.net.br/>). Este documento prevê eixos, conceitos e habilidades alinhadas à BNCC e voltadas exclusivamente para o desenvolvimento de competências de exploração e de uso das tecnologias nas escolas, além de propor uma reflexão sobre os usos das TDICs.

Os eixos propostos nesse currículo perpassam todas as etapas da educação básica e podem ser abarcados pela EPT. São eles:

Cultura Digital : que se subdivide-se nos conceitos de letramento digital; cidadania digital; e tecnologia e sociedade.

Tecnologia Digital: que se subdivide-se nos conceitos de representação de dados; hardware e software; e comunicação e redes.

Pensamento Computacional: que se subdivide-se nos conceitos de abstração; algoritmo; decomposição; e reconhecimento de padrões.

Orienta-se, por tanto, aos docentes deste Curso Técnico, que construam suas unidades didáticas e planejamentos pedagógicos - cada qual em suas esferas de especificidade e contexto disciplinar - observando as instruções normativas pertinentes à utilização e contextualização das TDICs. Basear-se, pois, nesses eixos formativos e habilidades de referência pode nortear os professores ao implementarem o uso dessas ferramentas tecnológicas para além de um simples meio de promoção de aprendizagem ou forma de estímulo e engajamento dos estudantes. Deve-se primar, sobretudo, pela construção de uma base tecnológica que contemple métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas ao curso em questão, preparando os alunos para o uso das TDICs nas esferas pessoais e profissionais.

Outro aspecto de relevante destaque, considerado nas diretrizes da BNCC, mostra-se na observação e atenção às diferentes formas de “violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial” praticadas nas escolas e nos ambientes digitais. Cabe, pois, aos professores, trabalharem conceitos relacionados à segurança na rede, cyberbullying, checagem de fatos (com ênfase nas famosas fake news), questões de plágio e direitos autorais - conforme a Lei 9610/1998, informações e o uso da tecnologia como ferramenta de construção e compartilhamento de conhecimentos. Nesse cenário, o professor não precisa ser o detentor do conhecimento técnico sobre o uso das ferramentas disponíveis, mas sim o mediador que vai auxiliar os estudantes na reflexão sobre os melhores usos possíveis das



TDICs. Este tipo de reflexão é de vital importância para o desenvolvimento de um pensamento crítico nos educando acerca de um uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.

Em resumo, incorporar as TDICs nas práticas pedagógicas e no currículo como objeto de aprendizagem requer atenção especial e não pode mais ser um fator negligenciado na formação profissional e tecnológica. É preciso, enquanto elemento formador, repensar o olhar de utilização das tecnologias e recursos digitais tanto como meio - ou seja, como apoio e suporte à implementação de metodologias ativas e à promoção de aprendizagens significativas - quanto como um fim, promovendo a democratização ao acesso e incluindo os estudantes e professores no mundo digital.

No concernente à ocupações mediadas por TDICs nesse curso técnico em Segurança do Trabalho, por fim, destacamos que o atual Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), plataforma de gerenciamento adotada pelo IFPA, permite ao docente propor tarefas na forma semipresencial e à distância, na forma de chats, desenvolvimento de atividades, leituras específicas de bibliografias previamente recomendadas, além do controle e monitoramento de matrícula, histórico, boletim, comprovante de vínculos aos discentes, dentre outros atributos.

Nesse aspecto, as diversas mudanças ocorridas nas últimas décadas, em diversos âmbitos sociais, sobretudo os avanços tecnológicos têm nos levado a refletir e analisar a importância crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e seu potencial na produção do conhecimento, ou seja, seu uso recorrente nos projetos educacionais. Desta forma, os discentes do curso, ao longo de sua trajetória acadêmica, terão acesso a diversas metodologias integradoras do ensino, fundamentadas no uso intensivo de tecnologias. Isto nos levou a inserir disciplinas na modalidade de ensino à distância (EaD) compatíveis com esta proposta de integralização e no sentido de proporcionar ao discente mais contato com a tecnologia e um diferencial para o mercado de trabalho. É importante destacar que a oferta do curso com parte da sua carga horária em formato EaD foram discutidos em reunião realizada no NDE do curso, estando a aprovação registrada em ata.

Assim, o próprio Sistema acadêmico do curso ocupa um papel de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem a partir das tecnologias digitais de informação e comunicação. Ademais, é previsto no Projeto Pedagógico deste Curso componentes curriculares ministradas na modalidade EAD (Educação Ambiental, Educação Inclusiva e Empreendedorismo). Estas disciplinas, juntas, propiciarão experiências aos seus discentes num total de 240 horas de atividades de tutoria, bem como práticas e vivências em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs).

Os AVAs consistem em um conjunto de ferramentas computacionais que permitem a criação e o gerenciamento de cursos a distância, potencializando processos de interação,



colaboração e cooperação dos usuários (alunos, professores e tutores) através de diversos recursos que possibilitam acesso online ao conteúdo dos cursos. O AVA pode ser utilizado em: atividades presenciais, possibilitando aumentar as interações para além da sala de aula; em atividades semipresenciais, nos encontros presenciais e nas atividades à distância; oferecendo suporte para a comunicação e troca de informações e interação entre os participantes. O IFPA - campus Parauapebas proporciona a sua comunidade a utilização da plataforma Moodle institucional como ambiente virtual de aprendizagem, amplamente conhecida e utilizada por diversas instituições de ensino, sendo o AVA oficial do IFPA. A plataforma Moodle, disponibiliza diversas ferramentas para alunos e formadores, como chat, fórum, diários, diálogo, questionário, wiki, dentre outras. À vista disso, o ambiente eletrônico é propagador não somente dos conhecimentos tecnológicos, mas também de aspectos culturais, definindo-se assim, como veículo permanente de apoio às mudanças de paradigmas de aprendizagem, uma vez que a metodologia de ensino do IFPA está baseada numa concepção de aluno e de conhecimento que o entenda como um ser ativo e construtor de seu conhecimento, autônomo e gerenciador do seu tempo de estudo. Para um melhor aproveitamento das disciplinas, o curso de técnico em Segurança do Trabalho subsequente, oferecerá três componentes curriculares em formato EAD. O quantitativo das disciplinas em formato EAD do curso Técnico em Segurança do Trabalho, obedece o estabelecido na Instrução Normativa nº 03/2016 da PROEN-IFPA.

De acordo com o Regulamento Didático Pedagógico de Ensino no IFPA, o material didático a ser utilizado nas aulas nos componentes curriculares a distância são elaborados pelo professor, de forma a viabilizar o processo de ensino. A elaboração e disseminação do material didático produzido pelo professor deve obedecer ao que versa a Lei 9.610/1998, que regula os direitos autorais e os direitos à imagem, sendo considerado o material de inteira responsabilidade do docente.

17. MATERIAL DIDÁTICO EM EAD

Os materiais didáticos possuem a função de facilitar, orientar e informar um caminho que pode ser seguido na busca pela obtenção de determinados conhecimentos. O Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA/2019, define as diretrizes a serem observadas para o Material Didático em EAD:

Art. 351 O material didático a ser utilizado nas aulas, será elaborado pelo professor de modo a viabilizar o processo de ensino-aprendizagem, por meio da mediação docente e da interação do estudante com os



conteúdos curriculares e com os demais estudantes matriculados na disciplina.

Parágrafo Único: Considera-se material didático a organização das aulas dentro do ambiente virtual de aprendizagem, capaz de transmitir os conteúdos, técnicas, hábitos, valores e/ou atitudes, previsto no Projeto Pedagógico do Curso referente ao componente curricular a ser ministrado.

§1º O material didático deverá ser disponibilizado ao estudante, pelo professor, no ambiente virtual de aprendizagem no início de cada componente curricular.

§2º Cada componente curricular contará com videoaulas gravadas pelo professor da disciplina, sendo no mínimo 1 (uma) videoaula por cada 20 (vinte) horas do total do componente curricular.

Art. 352 A concepção do material didático a ser utilizado deve considerar os princípios de dialogicidade e de autonomia do estudante, de forma a conduzi-lo ao planejamento de sua rotina de estudos, criadas e sedimentadas pelo uso do material didático e de ferramentas interativas presentes no ambiente virtual de aprendizagem.

Art. 353 Todo material disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem ou cedido para impressão dos cadernos ou fascículos é de responsabilidade do professor e deverá estar obrigatoriamente em conformidade com a Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 que regula os direitos autorais e direitos à imagem.

Art. 354 A não observância do disposto na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 que regula os direitos autorais e direitos à imagem, implicará em sanções civis sem prejuízo das penas cabíveis.

Em suma, o material didático deve ser elaborado, pensando-se em estabelecer um diálogo constante com o estudante. Possibilitando a avaliação da aprendizagem, através do acompanhamento permanente do processo, por meio de atividades e exercícios de autoavaliação. Entretanto, a elaboração e disseminação do material didático produzido pelo professor deve obedecer ao que versa a Lei 9.610/1998, que regula os direitos autorais e os direitos à imagem, sendo considerado o material de inteira responsabilidade do docente.

O livro didático é considerado por muitos como o guia dos professores e estudantes no processo de ensino, pois nele estão descritos os conteúdos relevantes aos estudantes na obtenção de conhecimentos sobre determinados assuntos. No ensino a distância o livro didático também serve de suporte pedagógico aos professores, do qual não podem prescindir. No entanto, o livro não é necessariamente a única fonte de apresentação de conteúdos nesta



modalidade.

O avanço tecnológico possibilitou a utilização de outras mídias que podem também ser utilizadas como material didático. De acordo com o MEC, os materiais didáticos dos cursos ofertados na modalidade a distância “[...] deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor [...]”. Abaixo descreveremos os tipos de materiais didáticos a serem utilizados no desenvolvimento dos componentes curriculares ofertados a distância:

17.1 Materiais impressos: guia de estudo e livro-base

Entre os tipos de materiais impressos a serem utilizados na oferta dos componentes curriculares EAD, estão o guia de estudo e o livro-base. O guia de estudo apresenta a estrutura da disciplina, servindo de referência para a elaboração de outros materiais. No guia, o conteúdo é dividido em unidades ou módulos, sendo apresentado através de pequenos textos, resumos, comentários do autor, sugestões de leitura, recomendações de uso de outras mídias, orientações sobre o estudo. As atividades são elaboradas de maneira diversificada para que o aluno compreenda, reflita, analise, pesquise e aprofunde seus conhecimentos. O livro-base, por sua vez, aborda os conteúdos de forma mais abrangente, pode ser organizado em função de um tema ou assunto específico, podendo ou não estar organizado em unidades e poderá ser complementado com o uso de outras mídias, através da indicação de leituras de textos na internet, vídeos ou de atividades interativas.

17.2 Material de áudio e vídeo

No Ambiente Virtual de Aprendizagem, o professor poderá inserir animações, vídeos de domínio público, entrevistas com pessoas que conheçam o que está sendo apresentado no vídeo e possam contribuir para a formação do aluno. Videoaulas possuem o objetivo de complementar as ideias e estudos apresentados no livro base.

17.3 Acervo Bibliográfico por área de conhecimento

O acervo bibliográfico divide-se em 10 (dez) classes do conhecimento humano e está distribuído em estantes para livros tipo dupla face, os usuários têm à sua disposição, na própria biblioteca, o acervo é aberto possibilitando aos usuários acesso às estantes. (PDC do



campus - 2019-2023).

O acervo da biblioteca encontra-se em plena expansão, atualmente é composto por: 255 (Duzentos e cinquenta e cinco) títulos e 1.214 (Um mil, duzentos e quatorze) exemplares, entre livros, periódicos e obras de referência. Todo o acervo está registrado, classificado de acordo com a CDD (Classificação Decimal de Dewey) e catalogado seguindo as normas da AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano). (PDC do campus - 2019-2023)

A biblioteca do Campus IFPA/Parauapebas encontra-se totalmente automatizada por meio do sistema Pergamum, dispondo de código de barras para viabilizar de forma ágil e eficaz o empréstimo do material bibliográfico. (PDC do campus - 2019-2023).

17.4 Descrição do espaço físico para estudos

A biblioteca do Campus IFPA/ Parauapebas dispõe de uma sala para a bibliotecária, um balcão de atendimento ao usuário e um salão de estudos em grupo, climatizado, composto por 15 (quinze) mesas com 04 (quatro) cadeiras cada, que acomodam 60 (sessenta) alunos, 1 (uma) sala de estudo em grupo. Possui saída de emergência, extintor, hidrante com mangueira e lâmpada de emergência. Dispõem ainda de 05 (cinco) terminais de microcomputadores conectados à internet para a realização de atividades acadêmicas dentro da biblioteca. (PDC do campus - 2019-2023).

Tabela 13. Quantitativo do acervo bibliográfico.

Especificações	Quantidade
Linguagens e suas tecnologias	75
Ciências humanas e suas tecnologias	106
Ciências da natureza e suas tecnologias	195
Matemática e suas tecnologias	79
Eixo tecnológico – Elétrica e Mecânica	395

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

18. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A adoção da Pedagogia de projetos, como procedimento metodológico compatível com uma prática formativa, contínua e processual, constitui-se uma forma de instigar seus sujeitos a procederem com investigações, observações, confrontos e outros procedimentos decorrentes das situações-problema propostas e encaminhadas através de:



- Aulas expositivas com utilização de quadro branco, projetor de slides, vídeos, e outros, visando à apresentação do assunto (problematização) a ser trabalhado e posterior discussão e troca de experiências;
- Aulas práticas em laboratório para melhor vivência e compreensão dos tópicos teóricos;
- Aulas de ensino à distância;
- Seminários;
- Pesquisas;
- Elaboração de projetos diversos;
- Visitas técnicas a empresas e indústrias da região;
- Palestras com profissionais da área;
- Participação em eventos educacionais proporcionados pelo campus.

A avaliação do desempenho da aprendizagem será efetivada em cada unidade curricular através de vários instrumentos: atividades de pesquisa, exercícios escritos e orais, testes, atividades práticas, elaboração de relatórios, estudos de casos, relato de experiência, produção de textos, execução de projetos, monografias e outros instrumentos que estejam definidos nos Planos de Ensino de cada componente curricular, de forma interdisciplinar e contextualizada, baseado em critérios que estabelecerão a quantificação do rendimento da aprendizagem do aluno durante todo o percurso acadêmico, coerente com o planejamento pedagógico docente.

Pode-se observar, dessa forma, que a avaliação será posta de maneira que os aspectos qualitativos e quantitativos sejam harmoniosamente desenvolvidos, dando-se maior ênfase ao qualitativo. Caberá, portanto, aos professores a escolha das estratégias de ensino e dos instrumentos de avaliação da aprendizagem a serem adotados em cada unidade curricular devendo, os mesmos, apresentá-los previamente por meio do Plano de Ensino à Coordenação de Curso para a aprovação pedagógica.

19. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DE DISCIPLINAS PRESENCIAIS

A Avaliação propõe-se a englobar o processo de construção do conhecimento, da habilidade, da inclusão e valores, mediante a forma determinada de trabalho, concepção de aprendizagem, metodologia de ensino, de conteúdos e a relação docente/discente e



discente/discente que deverá ser desenvolvida ao longo do ano letivo de acordo com as culminâncias propostas pelo calendário escolar. A praticidade dessa avaliação seguirá as prerrogativas contidas no Regulamento Didático Pedagógico de Ensino do IFPA.

O processo de avaliação do desempenho escolar é realizado bimestralmente por áreas de conhecimento, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, práticas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, partindo dos seguintes princípios:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de tarefas contextualizadas e diversidade de instrumentos avaliativos;
- Manutenção de diálogo permanente com o aluno; Utilização funcional do conhecimento;
- Divulgação dos critérios avaliativos, antes da efetivação das atividades;
- Exigência dos mesmos procedimentos de avaliação para todos os alunos;
- Apoio disponível para aqueles que têm dificuldades, ressaltando a recuperação paralela;
- Estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados na correção;
- Incidência da correção dos erros mais importantes sob a ótica da construção de conhecimentos, atitudes e habilidades;
- Importância conferida às aptidões dos alunos, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.

A avaliação é parte integrante do processo de formação e tem o objetivo de diagnosticar a construção dos conhecimentos, habilidades e valores, orientando mudanças metodológicas centradas no domínio sócio-afetivo e atitudinal e na aplicação dos saberes por parte do discente, processando-se de modo global, contínuo, sistemático e cumulativo em todos os componentes curriculares, com os critérios de julgamento dos resultados previamente discutidos com os discentes.

A sistemática de avaliação basear-se-á nos seguintes aspectos:

- I – Ser diagnóstica, contínua e cumulativa, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e valores, obedecendo à ordenação e à sequência do ensino, bem como a orientação do currículo;



II – Observar a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do curso;

III – Criar condições para que o aluno possa construir ativamente seu conhecimento a partir de sua própria prática e das sucessivas mudanças provocadas pelas transformações gradativamente assimiladas;

IV – Avaliar a compreensão dos conhecimentos contidos nas disciplinas por meio de avaliações de preferência multidisciplinar, para promover uma sinergia e uma melhor compreensão dos conhecimentos contidos em cada eixo norteador.

É fundamental que os instrumentos da avaliação da aprendizagem estimulem o discente ao hábito da pesquisa, à criatividade, ao autodesenvolvimento, à atitude crítico reflexiva, predominando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Os instrumentos de avaliação serão diversificados, compreendendo exercícios com defesas orais-escritas, testes objetivos, provas discursivas, seminários, projetos orientados, experimentações práticas, atividades culturais, jornadas pedagógicas, dentre outros, com a utilização de, no mínimo, dois instrumentos diferenciados por culminância; sendo, obrigatoriamente, necessário o registro de qualquer procedimento de avaliação, tendo em vista uma avaliação progressiva ao longo do semestre, considerando ainda a apuração da assiduidade do discente. Os resultados das avaliações serão utilizados pelo docente para identificar os avanços e dificuldades do discente, com vistas ao redimensionamento do trabalho pedagógico na perspectiva da melhoria do processo ensino- aprendizagem.

O resultado de cada culminância será entregue pelo docente à Coordenação do Curso para análise e parecer, após conhecimento dos discentes. Após o parecer da Coordenação do Curso, o docente lançará os resultados do processo avaliativo, no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, conforme orienta o Regulamento Didático Pedagógico de Ensino do IFPA.

Os valores deverão ser observados por meio da iniciativa, relacionamento interpessoal, autonomia, responsabilidade, relacionamento com o público, utilizando instrumentos como fichas de frequência, registro de entrega das tarefas, dos trabalhos individuais ou em grupos, seminários, lista de exercícios, exposições de trabalhos, provas e/ou relatórios técnicos.

Os resultados das avaliações serão mensurados da seguinte forma:

I – Para a avaliação Semestral utiliza-se a fórmula descrita abaixo:

$$MS = \frac{1^a BI + 2^a BI}{2} \geq 7$$



LEGENDA:

MS=Média Semestral

1a BI=1a Bimestral (verificação da aprendizagem)

2a BI=2a Bimestral (verificação da aprendizagem)

a) - O discente será aprovado na disciplina por média, se obtiver nota maior ou igual a sete ($\geq 7,0$).

b) - Caso a Média Semestral (MS) seja menor que sete ($< 7,0$), o discente fará prova final.

c) - O discente estará aprovado após a realização da prova final se obtiver Média Final maior ou igual a sete ($\geq 7,0$).

d) - O resultado da Média Final será obtido da seguinte forma:

$$MF = \frac{MS + NPF}{2} \geq 7$$

LEGENDA:

MF=Média Final

MS=Média Semestral

NPF=Nota da Prova Final

O aluno poderá pleitear a revisão de provas dentro do prazo de quarenta e oito (48) horas, em dias úteis, a contar da lista de divulgação dos resultados, mediante requerimento próprio ao colegiado do curso.

Ao discente que deixar de executar qualquer trabalho, prova ou tarefa de avaliação determinados pelo professor, perderá os pontos a eles destinados, ressalvados os casos previstos neste documento. O discente que obtiver frequência inferior a setenta e cinco por cento (75%) do total da carga horária do componente curricular será considerado automaticamente reprovado no mesmo.

Os estudos de recuperação deverão desenvolver-se de modo contínuo e paralelo, tendo por finalidade corrigir as deficiências do processo ensino- aprendizagem detectadas ao longo do ano letivo. A recuperação contínua e paralela é denominada reforço da aprendizagem, devendo ser desenvolvida em sala de aula ou por meio de atividades extraclasse e se destina a discentes que, no decorrer das avaliações, não tenham atingido rendimento regular.



O docente deverá estabelecer estratégias de recuperação, adotando critérios para os discentes com menores rendimentos nas atividades, que deverão ser traduzidas em novas avaliações. As novas avaliações substituirão as anteriores, se estas apresentarem nota superior. Os alunos que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete) que pretenderem realizar as atividades avaliativas referentes à recuperação, submeter-se-ão ao critério do docente de efetivá-las.

No caso do discente ficar em dependência em uma ou duas disciplinas, serão ofertadas as disciplinas em forma de PLE. Completando o parágrafo, se o discente ficar retido em duas ou três disciplinas, segue-se o que dista o Regulamento Didático do IFPA em seus artigos 281 e 282.

Art. 281 Nos cursos de regime semestral o estudante reprovado em até 2 (dois) componentes curriculares poderá dar prosseguimento aos estudos obrigando-se a cursar os componentes, em regime de dependência, em turmas e horários diferenciados do qual se encontra regularmente matriculado.

§1º Nos cursos ofertados em turno integral a dependência poderá ser ofertada em período letivo especial - PLE.

§2º Aplica-se aos componentes curriculares cursadas em regime de dependência o disposto neste regulamento para componentes curriculares de oferta regular.

Art. 282 Nos cursos de regime semestral o estudante reprovado em 03 (três) ou mais componentes curriculares ficará automaticamente reprovado no período letivo, devendo cursar no período letivo seguinte apenas os componentes curriculares em que ficou reprovado.

20. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DE DISCIPLINAS A DISTÂNCIA.

A avaliação da aprendizagem adota a modalidade formativa e somativa. A avaliação formativa é a que procura acompanhar o desempenho do estudante no decorrer do processo de aprendizagem e a somativa é a realizada no final desse processo e visa indicar os resultados obtidos para definir a continuidade dos estudos, isto é, indica se o estudante foi ou não aprovado. Para isso, vários procedimentos e instrumentos serão utilizados para que o estudante possa interagir com o conhecimento e expressar sua aprendizagem. Ao assumirmos o caráter formativo da aprendizagem, queremos desenvolver com o estudante a capacidade para a aprendizagem autônoma, uma vez que este é um dos grandes objetivos da EaD. Constituem momentos de avaliação da aprendizagem: a execução e entrega das tarefas propostas nas diferentes etapas desde o início até o término do curso; a avaliação final



de cada disciplina realizada de forma presencial e obrigatória. A avaliação da aprendizagem terá como fundamento os seguintes princípios:

1. Incentivo da aprendizagem colaborativo-cooperativa e da autonomia, articulando e fortalecendo a aprendizagem pela Busca;
2. Avaliar sem perder de vista a diversidade de realidades de contexto ou natureza socioculturais, socioeconômicas, sociopolíticas, éticas, ideológicas ou religiosas que se misturam nos espaços e salas de aula virtual, além das quatro paredes da escola tradicional;
3. Desenvolver competências para o olhar diferenciado na avaliação de aspectos cognitivos, físicos, emocionais mais andragógicos ou mais pedagógicos (contínuo pedagógico-andragógico); Avaliar como momento privilegiado de estudo; Processo de redefinição do ensino-aprendizagem.

É importante ressaltar que, conforme Art. 32 da Instrução Normativa nº 03/2016, o acesso e utilização de outras ferramentas diversas do AVA institucional, como correios eletrônicos, aplicativos de bate papo, redes sociais, entre outros, não serão levados em consideração para fins de avaliação do processo de ensino- aprendizagem nem para fins de acompanhamento pedagógico institucional. A avaliação da aprendizagem de componentes EaD e os critérios utilizados no processo avaliativo se orientarão, conforme itens descritos abaixo:

20.1 Avaliação por meio de participação em fóruns de discussão

O Fórum de discussão é uma forma de interação entre os alunos e o professor. A participação, poderá ser contabilizada como frequência ou contar como pontuação de participação. Essa forma de avaliação, leva-se em conta o processo de aprendizagem como um todo. Para a ferramenta fórum o tutor considera como critérios: a participação do aluno, a interação e a construção conjunta. Observa as relações entre postagens, como o diálogo é estabelecido entre os alunos, atenta-se para a frequência de participação, a qualidade das postagens, o papel do aluno na discussão, o grau de interação com as postagem e ideias colocadas, dentre outros aspectos relacionados à produção escrita, e, também, critérios específicos da atividade proposta. Esse ponto afirma a importância da interação, já que é estabelecido diálogo entre os alunos, possibilitando-os o sentimento de fazer parte de algo, estimulando-os também a interagir e trocar ideias sobre os temas abordados.



20.2 Avaliação pela produção textual pessoal dos estudantes

As produções textuais de autorias próprias são formas de avaliação que podem ser utilizadas como valorização do produto final da aprendizagem. As pesquisas são feitas a partir de certo padrão, respeitando da melhor forma. Outra forma é a resolução de questionários dissertativos que também podem ser avaliados como forma de os alunos aprenderem com os seus conteúdos. Os critérios para avaliar as produções textuais dos alunos são:

- Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa;
- Aplicar conceitos da área de conhecimento estudada;
- Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;
- Articulação adequada entre as informações e sua contextualização na argumentação;
- Outros.

20.3 Avaliação por meio de testes online

As avaliações objetivas são a forma mais simples de avaliar os alunos. Contudo, no caso dos cursos a distância, é muito utilizado um sistema especial de avaliação online, com tempo cronometrado, a fim de que os alunos possam responder dentro do período proposto. Normalmente, as respostas registradas nos testes são corrigidas a partir de um sistema informatizado, assim, o professor pode aplicar uma nota de acordo com os acertos que cada aluno conseguiu. Este tipo de avaliação é construída antecipadamente, e com base no objetivo do ensino define-se a avaliação por nota. Os critérios observam a assertividade das respostas em questões fechadas e argumentação em questões abertas. Assim, os critérios de avaliação desta ferramenta estão focados na apropriação e assimilação do conhecimento por parte do aluno, sendo definidos antecipadamente na construção com base no conteúdo estudado e aplicado em perguntas abertas ou fechadas.

20.4 Avaliação presencial

Nesta forma de avaliação o professor aplica uma prova presencial aos alunos. Esse instrumento poderá conter questões objetivas e dissertativas, ou apresentar outros formatos. Este tipo de avaliação é obrigatório e deverá prevalecer em relação aos demais tipos de



avaliação à distância. Nos encontros presenciais poderão ocorrer o desenvolvimento de atividades avaliativas em laboratório, visitas técnicas e/ou atividades de campo, sendo estas previstas de acordo com as características de cada disciplina. Os critérios da avaliação presencial consistem em averiguar o processo final da produção do conhecimento. É importante dizer que este instrumento engloba o conjunto de instrumentos de investigação da aprendizagem, utilizados no processo. Além de lista de exercícios e atividades offline.

21. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

As competências adquiridas anteriormente pelos discentes, relacionadas com o perfil profissional de conclusão do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – eixo profissional de segurança, poderão ser avaliadas para aproveitamento de estudos, no todo ou em parte, nos termos da legislação vigente. O processo de avaliação de conhecimentos e experiências para aproveitamento de estudos será aplicado pelos docentes do curso, de acordo com suas especializações. Os conhecimentos adquiridos no ensino médio e que poderão ser aproveitados são aqueles que constituem competências essenciais para o conjunto da área e aqueles que irão colaborar com o desenvolvimento das competências requeridas nos módulos integrantes do itinerário de formação desta habilitação profissional. As habilidades adquiridas em cursos de qualificação profissional e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em escolas devidamente autorizadas ou por processos formais de certificação de competências, poderão ser aproveitadas, mediante comprovação e análise da adequação ao perfil profissional pretendido. A critério do campus, após a referida análise da documentação e parecer dos docentes envolvidos no processo, o discente poderá ser submetido à avaliação.

Poderão ser aproveitadas, mediante avaliação do discente, as competências adquiridas em cursos de educação profissional de nível básico ou por outros meios informais. O aproveitamento, em qualquer condição, deverá ser requerido antes do início do desenvolvimento das atividades do semestre correspondente e em tempo hábil para o deferimento pela coordenação de ensino e a devida análise por parte dos docentes envolvidos, aos quais caberá a avaliação das competências e a indicação de eventuais complementações.

Os docentes que participarem do processo de dispensa apresentarão relatório com indicação das atividades desenvolvidas e do resultado da avaliação, que será arquivado no prontuário individual do discente, juntamente com os documentos que instruíram esse processo. Segundo o Regulamento-Didático do Ensino do IFPA no item “Do aproveitamento de estudos e de experiências anteriores”, ressalta-se nos Artigos abaixo:



Art. 291 O estudante poderá solicitar aproveitamento de estudos já realizados ou certificação de conhecimentos adquiridos por meio de experiências vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, a fim de integralizar componente(s) integrante(s) da matriz curricular do curso ao qual encontra-se vinculado.

§1º O estudante poderá integralizar componente curricular por meio de aproveitamento de estudos ou certificação de conhecimentos, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da carga horária da matriz curricular do curso.

§2º O *caput* aplica-se aos cursos técnicos de nível médio ou de graduação, devendo estar descrito no PPC de cada curso.

Art. 292 Para prosseguimento de estudos, o IFPA poderá promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, e que tenham sido desenvolvidos:

- I) Em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II) Em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III) Em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- IV) Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Parágrafo Único: Nos casos dos incisos I a IV serão regulamentados por instrumento normativo próprio.

22. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação interna ou autoavaliação deve ser entendida como parte do processo de aprendizagem, uma forma contínua de acompanhamento de todas as atividades que envolvem o curso. Dentro desse princípio, a avaliação deve envolver todos os agentes nos diferentes serviços e funções que dão suporte ao processo de formação profissional, docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade.



Dessa forma, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPA – campus Parauapebas foi instituída com a função de coordenar e articular o processo interno de avaliação do campus, seu objetivo é “contribuir para o aprimoramento da qualidade institucional e impulsionar mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação do conhecimento, bem como promover a cultura de auto avaliação e aprimoramento do Instituto Federal do Pará”. A avaliação realizada pela CPA será realizada por meio de questionário e deverá seguir alguns critérios e parâmetros conceituais constantes em fichas de avaliação (instrumentos pedagógicos). Tais como, a avaliação:

- Do corpo Técnico;
- Do corpo docente;
- Das atividades acadêmicas;
- Das disciplinas;
- Das estruturas físicas da instituição; e
- Da autoavaliação do aluno.

A coordenação do curso, assim como o setor pedagógico, objetivando melhorias dos procedimentos didáticos - pedagógicos utilizados no curso fará o acompanhamento e avaliação contínua do curso.

O curso prevê ainda, como forma de avaliação, a criação de um Núcleo Docente Estruturante – NDE, o qual constitui-se do grupo de docentes atuante no processo de concepção, elaboração, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, conforme estabelece os documentos vigentes do IFPA.

23. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Sistema de avaliação institucional é regido pelo regulamento e ações que norteiam o trabalho da Comissão Própria de Avaliação – CPA do campus Parauapebas, a qual está vinculada à CPA central do IFPA.

A Comissão Própria de Avaliação do IFPA – campus Parauapebas foi instituída com a função de conduzir e articular o processo interno de avaliação do campus, por meio da contínua sensibilização da comunidade, quanto a importância da auto avaliação como instrumento de aperfeiçoamento. Desta forma, as ações da CPA objetivam alcançar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelos sistemas que regem a avaliação da Instituição. De modo assegurar a transparência e participação de toda a comunidade e estabelecer análises e estudos que amparem o processo de planejamento e intervenção junto



à execução de um projeto acadêmico democraticamente legitimado, e relevante quanto a sua repercussão junto à sociedade.

24. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO

24.1 Corpo docente

O campus Parauapebas possui os seguintes docentes em regime de trabalho de 40 horas - Dedicção Exclusiva, para atuação no curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente, conforme Tabela 14.

Tabela 14. Dados dos docentes do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Docente	TITULAÇÃO	SIAPE	E-MAIL
Alcione Santos de Sousa	Licenciatura em Filosofia e Letras Especialização em Psicologia da Educação Mestrado em Filosofia	2314454	alcione.sousa@ifpa.edu.br
Aldo Agostinho Alves	Licenciatura em Matemática, Especialização em Metodologia da Educação Básica e Mestrado Profissional em Matemática	3217123	aldo.alves@ifpa.edu.br
Andson Pereira Ferreira	Bacharel em Engenharia de Minas, Pedagogo, Especialista em Gestão Ambiental e Mestre em Ciências Ambientais.	1574578	andson.ferreira@ifpa.edu.br
Camila Marion	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas, Especialização em Biologia Marinha, Mestrado em Ciências Biológicas (área de Zoologia) e Doutorado em Ciências (área de Oceanografia Biológica)	1266410	camila.marion@ifpa.edu.br
Diana Dias Da Luz	Bacharela em Engenharia Florestal e Especialista em Engenharia Ambiental	2417726	diana.luz@ifpa.edu.br
Diego Ranieri Nunes Lima	Bacharel em Engenharia Ambiental, Bacharel em Engenharia de Minas e Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho	1779987	diego.lima@ifpa.edu.br
Edielson Monteiro da Silva	Licenciatura em Letras Português - Espanhol	1358969	edilson.silva@ifpa.edu.br
Etiane Patricia Dos Reis Da Silva Macêdo	Licenciatura/Bacharelado em Ciências Sociais e Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia	1061465	etiane.macedo@ifpa.edu.br
Gustavo Francesco De Moraes Dias	Bacharel em Engenharia Ambiental e de Energias Renováveis, Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e Mestre em Ciências Ambientais	1064481	gustavo.dias@ifpa.edu.br
Jadislene Estevam da	Licenciada e Bacharel em Educação	3111735	jadislene.estavam@ifpa.edu.br



Silva Costa	Física e Especialista em Educação e Cultura		
Josevaldo Alves Ferreira	Licenciado em Letras e Mestre em Letras	2996218	josevaldo.ferreira@ifpa.edu.br
José Vicente Ferreira Junior	Licenciatura em Matemática e Mestre em Matemática	1359257	jose.ferreira@ifpa.edu.br
Márcia Moreira Barroso	Licenciada em Artes, Especialista em Psicologia da Educação e Mestre em Geografia	1964159	marcia.barroso@ifpa.edu.br
Melissa Maynara Dos Passos Leal	Licenciatura em Libras e Língua Portuguesa e Especialista em tradução de Libras e Língua Portuguesa	1030461	melissa.leal@ifpa.edu.br
Ricardo Alex Dantas Da Cunha	Bacharel Engenharia Mecânica, Especialista em Engenharia de Segurança, Mestrado Engenharia Mecânica e Doutorado em Engenharia Mecânica	2270508	ricardo.alex@ifpa.edu.br
Sória Pereira Lima Soares	Licenciatura Plena em Matemática, Bacharel em Ciências Contábeis, Especialização em Matemática, MBA em Controladoria e Finanças Corporativas e Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares	2848108	soria.lima@ifpa.edu.br
Vanessa Moura Moreno	Bacharela em Engenharia Agrônoma, Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho e Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares	2165347	vanessa.moura@ifpa.edu.br

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

24.2 Corpo administrativo

O corpo Administrativo do campus Parauapebas/IFPA será constituído por Técnico-administrativos integrantes do quadro permanente de pessoal do IFPA, regidos pelo Regime Jurídico Único, admitidos por concurso, na forma da lei, à medida do desenvolvimento e crescimento do campus. Abaixo, na Tabela 15, consta o detalhamento do corpo Técnico-administrativo do campus Parauapebas/IFPA, para atendimento às atividades letivas.

Tabela 15. Quadro de servidores técnicos administrativos do campus Parauapebas.

NOME	CARGO
Alan Cloves Silva Barreto	Analista de TI
Analielle de Araujo Silva	Pedagoga
Anderson Renato Souza Lisboa	Administrador
Anderson Romério Rosas França	Tecnólogo/Produção Audiovisual
Andrea Leite Costa	Técnico em Assuntos Educacionais
Antônio Carlos Pereira	Auxiliar em Administração
Augusto Cesar Monteiro da Silva	Técnico Laboratório - Mecânica



Clauber Sueliton Carvalho Vasconcelos	Pedagogo
Ernandes Monteiro da Silva Júnior	Assistente de Aluno
Fagno Lopes da Silva	Assistente em Administração
Jane Daniele Sedrim Nunes	Contador
Janes Costa Lima	Auxiliar de Biblioteca
Karla Vanessa Martins Galvão dos Santos	Assistente em Administração
Leia Ribeiro Rodrigues	Assistente de Aluno
Marcelo Miranda Damasceno	Técnico Laboratório - Eletrotécnica
Luzivaldo Delmondes Viana	Administrador
Maria Vânia Magalhães Mendes	Assistente de Aluno
Suellen Souza Gonçalves	Bibliotecária
Nara Gisele Duarte Silva	Assistente de Alunos
Sheila Adrienne Garcia Santos	Técnico em Assuntos Educacionais
Vander Augusto Oliveira da Silva	Analista de TI
Mayane Sousa Carvalho	Assistente em Administração
Luciana Rodrigues Chaves da Silva	Assistente em Administração
Sálvio Silva Araújo	Técnico em TI
Wanhinna Regina Soares da Silva	Auxiliar de Biblioteca
Welman de Sousa Lima	Enfermeira
Wesley Silva Rocha	Auxiliar em Administração

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

24.3 Tutores a distância

Tabela 16. Quadro de tutores a distância do curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Melissa Maynara dos Passos Leal	Educação Inclusiva (EaD)
Diana Dias da Luz	Educação Ambiental (EaD)
Andson Pereira Ferreira	Empreendedorismo (EaD)

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

25. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

A infraestrutura necessária para o curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente é composta de ambientes climatizados e cadeiras estofadas, distribuindo-se em: salas de aula (para exposição teórica dos conteúdos), biblioteca para consulta de livros e, em especial, de laboratórios para a realização das aulas práticas. Visto que as salas de aula e biblioteca são de uso comum às diversas áreas, assim como outros espaços. Na Tabela 17



apresentam-se algumas instalações necessárias à área de Segurança do Trabalho.

Tabela 17. Instalações específicas para funcionamento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

INSTALAÇÕES	UNID.	ÁREA TOTAL (m ²)
Área de circulação	1	339,89
Área de Lazer	1	181,85
Auditório	1	187
WC feminino e WC masculino PNE	4	23,28
WC feminino e WC masculino	4	3,4
Sala das coordenações	1	38,8
Sala dos professores	1	30,0
Direção de ensino	1	20,0
Salas de aulas	3	88,15
Salas de aula	5	51,13
Laboratórios de Informática	1	101,43
Laboratórios de relacionados ao curso	5	70,76
Copa	1	4,51
Cantina	1	16,97
Ambulatório/WC PNE	1	12,57
DML	1	2,35
Biblioteca	1	154,0
Instalações Administrativas	1	21,53
Salas da Direção Geral, chefia de gabinete	1	38,23

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

Na Tabela 18 são apresentados os equipamentos disponíveis para as aulas teóricas.

Tabela 18. Equipamentos e suas respectivas quantidades

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Televisor	1
Tela para projeção	1
Data Show	8
Lousa digital	2



Scanner	4
Impressoras	6
Microcomputador de mesa completo	80
Quadro branco	8

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

Os laboratórios associados ao curso Técnico em Segurança do Trabalho possuem caráter multidisciplinar. São constituídos de equipamentos didáticos, plantas de simulação e componentes específicos que possibilitam ampla possibilidade de práticas metodológicas.

- Laboratório de Hidráulica e Pneumática: Automação, Robótica, Instrumentação, Acionamentos elétricos.
- Laboratório Baixa Tensão: Instalações elétricas, Circuitos elétricos, Automação, Máquinas elétricas, e Acionamentos elétricos.
- Automação: Automação, Redes industriais, Hidráulica e Pneumática, Instrumentação, Acionamentos elétricos.
- Circuitos integrados: Eletrônica, Robótica e Automação.
- Alta tensão e energia limpa: Alta tensão, Fontes alternativas de energia (solar e eólica).
- Caldeiraria: Usinagem, Elementos de máquinas, Ferramentaria, Metrologia.
- Ferramentaria: Usinagem, Elementos de máquinas, Ferramentaria, Metrologia
- Laboratório de Informática: 40 computadores de mesa completos, com *softwares* livres devidamente instalados para o desenvolvimento das atividades do curso instalados (Scilad, AutoCad Student, Open Project, pacote Libre Office, entre outros).

Cada um destes laboratórios possui estrutura mínima para o desenvolvimento das atividades de ensino e construção das competências dos estudantes nas áreas técnicas específicas do curso, em acordo com o que preconiza o CNCT.

25.1 Equipamentos Necessários para o Curso Técnico em Segurança Do Trabalho Subsequente

Na tabela19, consta alguns equipamentos específicos para andamento do curso de Segurança do Trabalho para suas atividades práticas, bem como nas Tabelas 20, constam



equipamentos específicos para determinados componentes curriculares.

Tabela 19: Equipamentos específicos da Segurança do Trabalho

ESPECIFICAÇÃO	Quantidade
Dosímetro de Ruído Digital Portátil - DOS-500	03
Decibelímetro - MSL-1352C	02
Termômetro de Globo Portátil Digital, modelo HT30	01
Manômetro Digital Portátil - MVR-87	02
Luxímetro Digital Portátil - LD-220	02
Kit espaço confinado com bomba usado no detector de 4 gases DG-500, Modelo: KBG-100.	01
Calibrador acústico para Decibelímetro e Dosímetro ITCAD6000	01
Detector de 4 Gases Portátil com software, cabo USB, estojo e carregador, Modelo:DG-500.	01
Calibrador para Bombas de Amostragem, Modelo: 510 M.	01

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

Tabela 20: Equipamentos de primeiros socorros e de proteção contra incêndio:

Manequim corpo inteiro com painel eletrônico de avaliação RCP –	05
kit CIPA Completo (KIT MACA CIPA para primeiros socorros; KIT CIPA Contendo: Maca Retangular; Capa tipo “CIPA” para Maca; Colar Cervical; Cinto Tipo Aranha; Jogo de Talas Rígidas 6 peças sem capa; Imobilizador Lateral de Cabeça (Coxim); Acessórios ambú, gaze, atadura, esparadrapo, luvas, RCP, etc))	01
Extintor de incêndio com 6 kg de gás carbônico-CO2 (Extintor portátil com 06 kg de Dióxido de Carbono (CO2). Fabricado a partir de tubo de aço carbono sem costura SAE 1541 - médio Manganês, tratados termicamente por Normalização. Com pintura vermelha aplicada por processo eletrostático e rotulagem adesiva em vinil transparente. Mangote de borracha com reforço em trama de aço e difusor injetado em Polietileno com haste de aterramento.)	02
Extintor de incêndio com 6 kg pó químico p/ classe de fogo ABC (Extintor portátil, multiuso, com 06 kg de pó ABC (a base de Monofosfato de Amônia) com teor de 55% de agente inibidor. Fabricado em aço carbono, com pintura vermelha aplicada por processo eletrostático e rotulagem por processo de serigrafia.)	02
Extintor de incêndio com 10 litros de água pressurizada (Extintor portátil com 10 litros de água potável. Fabricado em aço carbono, com pintura vermelha aplicada, interna e externamente, por processo eletrostático e rotulagem por processo de serigrafia.)	02
SPRINKLER 79°C (Sprinkler de resposta STANDARD, com orifício de 1/2", rosca NPT de 1/2" que utilizam uma ampola de vidro e um selo de vedação tipo mola para fechamento da passagem de água. A ampola contém um líquido expansivo com bolha de ar. O calor gerado pelas chamas do incêndio causa a expansão do líquido e o desaparecimento da bolha de ar, nesse ponto ocorre o rompimento do vidro da ampola permitindo a abertura do sprinkler e a vazão da água sobre o incêndio.)	05
Prancha de imobilização em polietileno - Resgate.	01
Reanimador manual de silicone (AMBU) pediátrico MD	01
Extintora Água pressurizada	04



Extintor Gás carbônico (CO ²)	04
Extintor Espuma	04
Extintor Pó químico seco (ABC)	04
Cobertor térmico	05
Estetoscópio	05
Estignomanômetro	05
Geladeira com controle de temperatura externa	01
Caixa térmica de com termômetro externo	02
Microscópios Binocular	02
Lanterna	05
Maca rígida ou ked	01
Respirador ambu	10
Saco plástico para lixo hospitalar	05
Termômetro digital	10
Estufa de esterilização	01
Autoclave	01

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

26. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO

O princípio da indissociabilidade entre a tríade ensino, pesquisa e extensão é previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Este princípio assegura, legalmente, na configuração do Instituto os princípios do currículo integrado e das diretrizes político-pedagógicas, assim como as instâncias dos indicadores metodológicos e epistemológicos. Partindo deste pressuposto, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão implica na construção de um arcabouço que garanta uma formação mais completa e complexa, que promova permanentemente, de forma associada e integrada, a vivência entre teoria e prática.

Ressalta-se o conceito de indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão como algo que:

não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo. (TAUCHEN, 2009, p. 93).

Alinhada à missão e visão do Instituto, a proposta do Projeto Pedagógico do do curso Técnico em Segurança do Trabalho vislumbra desenvolver práticas pedagógicas estruturadas, que valorizem a pesquisa nos processos de ensino-aprendizagem, e que incentivem a iniciação científica e as ações de extensão/ação comunitária como instrumentos de desenvolvimento de processos teórico-epistemológicos de investigação, interpretação e



intervenção na realidade.

A efetivação da articulação entre o tripé afirma o IFPA como Instituição socialmente responsável, comprometida com as demandas sociais, que dialoga ativamente com diversos setores da sociedade e que sustenta uma formação e produção de conhecimento em diálogo com necessidades sociais. E que transforma o ambiente escolar *in locu* do progresso do conhecimento, o curso em meio de integração dos saberes e os indivíduos envolvidos em agentes desencadeadores de mudanças. Nesta perspectiva, os processos educativos emergem como instrumentos de repressão às desigualdades sociais, traduzindo deste modo a função social da Instituição na formação de uma sociedade justa e sem diferenças sociais.

No entendimento de que as conexões entre ensino, pesquisa e extensão, tornam o processo de formação mais produtivo são preconizadas ações que integrem essas dimensões para que o projeto formativo torne-se exitoso:

- Adesão ao diálogo interdisciplinar, por meio de uma organização curricular que acolha os eixos básico, científico, técnico e tecnológico;
- Promoção de intercâmbios constantes entre as áreas de conhecimento e as temáticas do cotidiano, conectando aspectos da formação humana, social e profissional;
- Planejamento conjunto, envolvendo disciplinas, programas e projetos para compor as diretrizes do curso,
- Condução dialógica, atrelada ao planejamento conjunto, do processo pedagógico de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudante; e
- Formação continuada para atender às especificidades pedagógicas, no sentido de materializar a aproximação das áreas e as dimensões acadêmicas, verificando as necessidades presentes na realidade da qual os sujeitos fazem parte.

Tais políticas, portanto, devem articular e nortear as práticas pedagógicas do ensino, pesquisa e extensão, de modo a colaborar com o desenvolvimento local e regional e ofertar educação profissional e tecnológica nos seus diferentes níveis e modalidades, objetivando a formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a inclusão social e o desenvolvimento socioambiental, como explicita a visão do campus.

27. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Com a finalidade de assegurar a permanência e o bom rendimento escolar dos alunos que apresentam dificuldades ligadas à questões sociais e econômicas, é compromisso



do IFPA Campus Parauapebas conceder bolsas de estudo para estes alunos, usando uma porcentagem de receitas próprias, que são definidas periodicamente.

27.1 Programa Institucional de Bolsa de Monitoria

O Programa de Bolsa de Monitoria que a finalidade de oferecer aos alunos dos Cursos Técnicos do IFPA Campus Parauapebas um suporte didático-acadêmico referente às atividades desenvolvidas em salas de aula e/ou laboratórios dos cursos em questão, garantindo aos monitores dos cursos a oportunidade de aprimoramento didático-pedagógico junto aos semestres das disciplinas específicas de cada curso, por meio da concessão de bolsas, de acordo com o Inciso I do Art. 11 da Instrução Normativa Nº 04/2019- PROEN de 30 de Dezembro de 2019.

As bolsas destinam-se aos acadêmicos do IFPA - Campus Parauapebas que estão regularmente matriculados no curso Técnico, a partir do 2º Semestre deste curso. As quotas serão selecionadas diretamente nas Coordenações dos Cursos, as quais seguirão os critérios regidos por Edital. As bolsas serão financiadas com recursos próprios do IFPA, com valor mensal estipulado de acordo com o edital lançado.

27.2 Departamento Pedagógico de apoio ao Ensino (DPAE)

O Departamento Pedagógico de apoio ao Ensino é constituído por uma equipe de profissionais na área da pedagogia, com a finalidade de coordenar e assessorar as atividades curriculares da unidade de ensino no que tange a elaboração do planejamento das atividades; colaborar e acompanhar a execução dos planos e instrumentos de avaliação e recuperação; acompanhamento do registro de informações do diário de classe; participação, juntamente com os professores, na seleção dos livros didáticos a serem adotados; acompanhamento do desempenho dos discentes por turma; elaborar e aplicar testes classificatórios em conjunto com os professores.

No seu funcionamento estão os seguintes objetivos:

- Fomentar discussões, debates, palestras e seminários junto à comunidade escolar;
- Elaborar, programar e avaliar, em conjunto com os demais técnicos, o projeto de caráter pedagógico, a partir do diagnóstico das necessidades da unidade de ensino;
- Acompanhar e orientar o processo de ensino-aprendizagem na escola.



27.3 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas(NAPNE)

A acessibilidade é um fator primordial em todos os setores da sociedade, e de acordo com o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, visa promover condições de utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Desta forma, a acessibilidade no curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente, tem como base as ações de valorização do direito de todos à educação. Nestas ações são previstas a adoção de políticas públicas capazes de atender às diversas necessidades educacionais, valorizando a singularidade como condição indispensável à construção da sociedade. Na perspectiva de promover mudanças nas práticas acadêmicas de servidores, estudantes, familiares e demais segmentos da comunidade no tocante à inclusão, o Núcleo de Apoio à Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) promove ações que visam o desenvolvimento da educação inclusiva no âmbito do IFPA Campus Parauapebas.

São realizadas ações, pelo núcleo, que visam a capacitação do corpo docente e técnicos administrativos com o objetivo de trabalhar a inclusão social com base na acessibilidade educacional do campus, através de projetos, palestras e em especial, são realizados, atendimento e ações pedagógicas que visam o acesso e permanência no campus dos alunos que possuam algum tipo de necessidades específicas.

Além disso, toda estrutura física do campus foi construída obedecendo a legislação pertinente em relação a acessibilidade arquitetônica, a qual compõe-se de acesso para pessoas com necessidades físicas, como rampas, corrimão, portas com dimensões maiores, banheiros PNE feminino e masculino, rampas para os laboratórios.

Como já mencionado, o Campus possui o Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE para atender e trabalhar com esse público e todas as atividades que são desenvolvidas estão pautadas na LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e também nos Princípios e Objetivos da RESOLUÇÃO Nº 064/2018-CONSUP DE 22 DE MARÇO DE 2018, que Propõe as diretrizes, princípios, composição e atribuições do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará — IFPA.



27.4 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas(NEABI)

Além do NAPNE, o Campus Parauapebas conta também com Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), que insere-se como política de Inclusão social do âmbito do IFPA. Uma das ações mais recente da Rede de Estudos Afro-brasileiros, Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas e Grupos Correlatos do IFPA - (RENNEABI), foi a criação da Resolução CONSUP/IFPA Nº 224/2021, de 23 de fevereiro de 2021, que aprova o regulamento do processo de aferição de veracidade de autodeclaração racial por meio de ações de heteroidentificação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Tais políticas afirmativas estão sendo implantadas nos campi do IFPA, pelas comissões locais de heteroidentificação.

27.5 Políticas de Inclusão Social (PIS)

A Política de Inclusão Social (PIS) do IFPA Campus Parauapebas será direcionada através da Política de Assistência Estudantil dessa instituição, com o objetivo de manter o acesso, a permanência e o êxito das pessoas com mobilidade reduzida, por meio e aquisição de recursos didático-pedagógicos adequados e/ou adaptados aos cidadãos e cidadãs portadores deste tipo de mobilidade.

Para que a PIS funcione adequadamente dentro do Campus é necessário que as dependências deste tornem a mobilidade destas pessoas de fácil acesso, e, além disso, o corpo técnico e docente da instituição deverá contar com pessoas qualificadas e treinadas para atender aos cidadãos em questão.

27.6 A Política de Assistência Estudantil no IFPA Campus Parauapebas

A Política de Assistência Estudantil do IFPA Campus Parauapebas, configura-se por meio da concessão de auxílios aos estudantes de todos os níveis de ensino e modalidades que são ofertados pela Instituição, voltados prioritariamente para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, obedecendo às diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), elegendo como prioridade aquelas necessidades consideradas básicas previstas pelo Decreto 7.234 de 19/07/2010.

As ações de Assistência Estudantil são elencadas no Plano Anual de Assistência Estudantil, por meio de linhas de atendimento, nas quais envolvem setores estratégicos ligados à pesquisa, ensino e extensão como forma de fortalecer e apoiar as ações que visam



o êxito acadêmico. O Plano de Assistência Estudantil no Campus Parauapebas é acompanhado pelo Fórum de Assistência Estudantil e Comissão Multidisciplinar de Assistência Estudantil, conforme previsto na Resolução nº 134/2012-CONSUP, a qual regulamenta a Política de Assistência ao Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

Enquanto política de inclusão ao estudante apresenta-se também o Programa Bolsa Permanência (PBP), criado pela Lei nº 12.801/2013, que se define como uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O Programa atende como público alvo os estudantes de cursos de nível médio com carga horária igual ou superior a cinco horas diárias.

27. DIPLOMAÇÃO

O aluno do curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente ao ensino médio cursará 3 semestres, projetados de modo sequencial, sem certificação ou habilitação. Ao término e aprovação em todos os componentes curriculares obrigatórios do curso, o aluno receberá, mediante solicitação por requerimento no setor de protocolo do campus, o diploma de **Técnico em Segurança do Trabalho**, obedecendo ao catálogo nacional de cursos técnicos. O aluno terá o prazo mínimo de 1 (um) ano e meio e máximo de 2,5 (dois e meio) anos, pois são 5 semestres.

Cabe ao IFPA expedir e registrar, sob sua responsabilidade, os diplomas de técnico de nível médio sempre que seus dados estejam inseridos no SISTEC, a quem caberá atribuir um código autenticador do referido registro, para fins de validade nacional dos diplomas emitidos e registrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 2012.

Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos**



e da educação profissional e tecnológica Brasília, 2008.

Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, **cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e da outras providências**. Brasília 2008.

Lei n. 11.788 de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Brasília, 2008.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino do IFPA**. Belém/PA: IFPA, 2015.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Resolução 035/2015 – CONSUP, **relacionada à área de sombreamento do campus Parauapebas**.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. RESOLUÇÃO 020/2016 – CONSUP, **estabelece os procedimentos a serem adotados para autorização e criação de cursos, atualização, e aditamento de Projeto Pedagógico de Curso (PPC)**.

IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Resolução/nº 064/2018-CONSUP de 22 de março de 2018, que **Propõe as diretrizes, princípios, composição e atribuições do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas NAPNE do IFPA**.

IFPA –Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Resolução CONSUP/IFPA nº 110/2020, que **regulamenta as atividades de ensino remoto**.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Instrução Normativa 04/2019/PROEN, que institui o **Programa de Monitoria**.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Resolução nº 513/2017/CONSUP/IFPA, que trata do **Plano de permanência e êxito dos Estudantes do IFPA**.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Resolução nº 473/2017-CONSUP, que trata da **Média Final de Aprovação Discente**.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Resolução CONSUP/2021, que trata do **Plano de Desenvolvimento Institucional, 2019-2023**.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Projeto Político Pedagógico do IFPA**, campus Parauapebas 2016-2020.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Resolução nº 005/2019/CONSUP – **Procedimentos a serem adotados para a criação de cursos, para elaboração e atualização de Projetos Pedagógicos de**



cursos e para extinção de curso, 2019.

IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Resolução IFPA/CONSUP - nº 224/2021, de 23 de fevereiro de 2021, que **Aprova o regulamento do processo de aferição de veracidade de autodeclaração racial por meio de ações de heteroidentificação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.**

IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente**, campus Belém, 2017.

IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente**, campus Conceição do Araguaia, 2016.

IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente**, campus Abaetetuba, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Indicadores Sociais e Censos Demográficos.** Disponibilização no site em 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php# população. Acessos em: 14 de junho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pecuaria.html?localidade=15&tema=75652. Acesso em: 13 de março de 2021.

MEC – Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.** Brasília: MEC; SETEC, 2014.

MEC – Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.** *Prévia: 27/01/2021.* Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/pesquisa?query=T%C3%A9cnico%20em%20Seguran%C3%A7a%20do%20Trabalho%20&pagina=1>. Acesso: 28 de fev. 2021.

MEC – Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 03, de 09 de julho de 2008.

MEC – Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11, de 12 de junho de 2008.

MEC – Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 40/2004. **Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB).**



MEC – Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 35 de 05 de novembro de 2003. **Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional.**

MEC – Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2012, aprovado em 9 de maio de 2012 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.**

MEC – Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB Resolução nº 6/2012, que define – **Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de nível médio.**

OLIVEIRA; PICCININI. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. Revista de Administração Pública - RAP. - Rio de Janeiro 45(5):1517-538, Set./out. 2011. ISSN 0034-7612. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v45n5/v45n5a12.pdf>. Acesso: 10/03/2021.

SETEC -Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. **Consulta Pública das Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastradas no MEC.** Disponível em: <<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino>>. Acesso em 12/05/2020.

TAUCHEN, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.** 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAGED/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2019. **Pesquisa sobre a situação de empregabilidade no município de Parauapebas nos anos de 2018 e 2019.** Elaboração: SILVIA, Regina; AQUINO, Débora. Parauapebas-PA, nov. de 2020.



LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Dados do regime letivo do curso Técnico em Segurança do Trabalho.	7
Tabela 02. As dez principais ocupações de nível Técnico em Parauapebas no ano 2018.	11
Tabela 03. As dez principais ocupações de nível Técnico em Parauapebas no ano de 2019.	11
Tabela 04. Equipe de gestão do curso Técnico em Segurança do Trabalho subsequente.	13
Tabela 05. Dados do regime letivo do curso Técnico em Segurança do Trabalho.	14
Tabela 06. Componentes curriculares do 1º semestre do curso Técnico em Segurança do Trabalho.	17
Tabela 07. Componentes curriculares do 2º semestre do curso Técnico em Segurança do Trabalho.	18
Tabela 08. Componentes curriculares do 3º semestre do curso Técnico em Segurança do Trabalho.	18
Tabela 09. Síntese dos componentes curriculares do curso Técnico em Segurança do Trabalho.	19
Tabela 10. Ementas dos componentes curriculares do 1º semestre.	19
Tabela 11. Ementas dos componentes curriculares do 2º semestre.	27
Tabela 12. Ementas dos componentes curriculares do 3º semestre.	34
Tabela 13. Quantitativo do acervo bibliográfico.	58
Tabela 14. Dados dos docentes do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.	69
Tabela 15. Quadro de servidores técnicos administrativos do campus Parauapebas.	70
Tabela 16. Quadro de tutores a distância do curso Técnico em Segurança do Trabalho.	71
Tabela 17. Instalações específicas para funcionamento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.	72
Tabela 18. Equipamentos e suas respectivas quantidades	72
Tabela 19: Equipamentos específicos da Segurança do Trabalho	74
Tabela 20: Equipamentos de primeiros socorros e de proteção contra incêndio:	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização geográfica de Parauapebas no estado do Pará.	9
Fonte: IBGE (2017).	9
Figura 2 - Representação gráfica dos componentes de formação do curso técnico em Segurança do Trabalho.	17